

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

MAIKOM FONTES DA SILVA

**HIERARQUIA E DISCIPLINA: DISCURSO DE REGULAMENTAÇÃO E
CONTROLE NO CORPO DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO NO TEMPO
PRESENTE**

São Luís

2018

MAIKOM FONTES DA SILVA

**HIERARQUIA E DISCIPLINA: DISCURSO DE REGULAMENTAÇÃO DE
CONTROLE NO CORPO DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO NO TEMPO
PRESENTE**

Monografia apresentada junto ao curso de História
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão,
como pré-requisito para a conclusão do Curso.
Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Regina Rodrigues dos
Santos.

São Luís

2018

MAIKOM FONTES DA SILVA

**HIERARQUIA E DISCIPLINA: DISCURSO DE REGULAMENTAÇÃO DE
CONTROLE NO CORPO DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO NO TEMPO
PRESENTE**

Monografia apresentada junto ao curso de História
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão,
como pré-requisito para a conclusão do Curso.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos

(Orientadora)

1º Examinador

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu Pai do Céu por ter me dado tudo que necessito e a oportunidade de concluir mais um estágio da minha vida. Graças a Ele pude seguir com meus objetivos quando poucos ainda acreditavam, agradeço pelas minhas faculdades físicas e mentais e por cada segundo que me concede de vida e por varias outras coisas que só a eternidade revelará.

A minha mãe Joselita e meu pai Mario por terem lutado por mim e insistido de todas as formas para que eu não abandonasse os meus sonhos. Apenas o SENHOR sabe o quanto sou grato a estas duas pessoas, que são mais que especiais em minha vida. Sempre estarei em dívida com meus pais por terem me indicado o caminho a seguir e por terem me dedicado tanto amor.

A minha esposa Amanda por seguir ao meu lado, sempre presente para confortar e me retirar de cima dos livros quando já tarde da noite. A minha cunhada Marcia Rosana que me emprestou o seu notebook para escrever esta monografia, pois o meu computador havia quebrado.

Agradeço a todos os meus professores da UEMA, em especial a professora Sandra Regina que, com uma paciência e carinho sem fim, organizou minhas ideias, me tomando pela mão e me ajudando nesta monografia. Tenho todos meus professores na mais alta conta, mas devo citar alguns que foram imprescindíveis para minha formação e que passei a admirar: Yuri e Marcelo pelo rigor e graça na análise e na oratória; Milena por me iniciar no mundo da análise literária no contexto histórico e; Nivaldo por lançar os primeiros raios de luz sobre as ideias para minha monografia, quando ela ainda estava em gestação.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que este momento se concretizasse. Obrigado!

LISTA DE SIGLAS

CF	-	Constituição Federal
CFAP	-	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
APMGD	-	Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias
CFSD	-	Curso de Formação de Soldados
RDE	-	Regulamento Disciplinar do Exército
RCONT	-	Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar
CFO	-	Curso de Formação de Oficiais
CPM	-	Corpo de Polícia do Maranhão
PM	-	Policial Militar
PMMA	-	Polícia Militar do Maranhão

RESUMO

O presente estudo faz uma análise documental e discursiva que visa problematizar os princípios de hierarquia e disciplina da Polícia Militar do Maranhão, buscando apreender como seus agentes internalizam e manifestam tais princípios no cotidiano dos quartéis. Para desenvolver essa temática fizemos entrevistas a policiais militares e a análise de documentos oficiais. O objetivo é analisar os diversos discursos que emanam da instituição da Polícia Militar do Maranhão, esses discursos são resultados não apenas da assimilação dos princípios de hierarquia e disciplina, mas também estruturas de pensamento autoritário.

Palavras-chave: Discurso. Maranhão. Polícia Militar.

ABSTRACT

The presente study makes a documentar and discursive analysis that aims to problematize the principles of hierarchy and discipline of the Militar Police of Maranhão, seeking to understand how its agentes intend and manifest such principles in the daily life of military barracks. To develop this theme we did interviews with military police officers and the analysis of official documents. The objective is to analyze the various discourses that emanate from the institution of the Military Police of Maranhão, these discourses are resulting not only from the assimilation of the principles of hierarchy and discipline, but also from strutures of patrimonialist and authoritarian thinking.

Keywords: Speech. Maranhão. Military Police.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO: CONSTRUINDO O PROBLEMA.....	13
1.1 Breve panorama histórico da Polícia Militar no Brasil e no Maranhão.....	13
1.1 Um problema do passado e do presente.....	19
1.2 Hierarquia e Disciplina: a construção do militar.....	21
2. O DISCURSO DE LEGITIMIDADE DA PMMA.....	30
2.1 “A PM faz tudo”: a construção do herói.....	32
2.2 Regulação e Controle: a construção do militar.....	39
3. DISCURSOS DIVERGENTES DENTRO DA PMMA.....	48
3.1 Instituição total: “CFAP querido”	53
3.2 Análises dos discursos: estruturas e tipos.....	62
3.2.1 Estruturas.....	65
3.2.2 Tipos.....	74
3.3 Greve: um abalo na ordem.....	77
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE.....	87

INTRODUÇÃO

Quando nasceu o desejo de desenvolver uma pesquisa voltada para a Polícia Militar do Maranhão, tínhamos em mente falar apenas sobre o quartel escola do Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), pois naquela época – 2013 – nos encontrávamos em pleno curso de formação de soldado. O impacto com a nova realidade apresentada, os novos hábitos que passávamos a ter impressionavam. Era quase impossível não ter algo com que se interessar, principalmente quando procurávamos um tema para construir nossa monografia.

Após cinco meses de curso, quando passamos a exercer a prática do serviço policial, vimos que muitas coisas que aprendemos no CFAP eram postas em prática no cotidiano, no entanto outras pareciam tomar formas diversas daquelas ensinadas. No decorrer de quatro anos no exercício da função policial, trabalhamos com vários policiais militares, entre recrutas e veteranos notamos que quando falavam da PMMA não eram uníssonos em seus discursos, muito pelo contrário, se mostravam as vezes tão antagônicos que não pareciam falar da mesma instituição. Assim, passamos a observar com olhos de pesquisador aquilo que poderia passar despercebido por fazer parte do nosso cotidiano.

Acreditamos que a relevância desta pesquisa se sustente por buscar analisar a instituição PMMA do ponto de vista daqueles que a compõem. Durante o tempo de pesquisa percebemos a raridade de materiais que falam especificamente sobre a PMMA, ou pelo menos materiais que não tenham sido patrocinados por ela. Ressaltamos a importância do trabalho de Faria (2007) na empreitada de juntar uma densa documentação sobre a origem da Polícia Militar do Maranhão, e por sua contribuição para um olhar mais crítico sobre a instituição, que nos foi deveras importante.

Propomos nessa pesquisa uma análise dos discursos que permeiam a PMMA, balizados pelos princípios de hierarquia e disciplina, tanto o oficial quanto outros que se mostram paralelos e por vezes divergentes. Para tanto fizemos uso da análise documental e de discurso de acordo com Severino (2007) e Bardin (2016), procurando perceber como estes discursos, oficiais ou não, se manifestam. Também realizamos entrevistas não apenas com policiais da ativa, mas também com os que já não compõem as fileiras, vemos em seus relatos visões preciosas da realidade que viveram, principalmente por terem mais liberdade para

falar. Falar para um civil é diferente de falar para um militar, contávamos com essa visão no desenrolar das falas.

Diferente do consagrado trabalho de Piero Leirner, *Meia-volta, volver*: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar (1997) e do estudo de Celso Castro, *O espírito militar: um estudo de antropologia social na academia militar das Agulhas Negras* (1990) este trabalho não terá seus olhos voltados para as representações do militarismo do Exército, pois compreendemos que este é gradualmente diferente do militarismo da PM pelo tempo e intensidade com que são aplicados os princípios de hierarquia e disciplina. Acreditamos que ambos os trabalhos são voltados para o quartel-escola, onde há um elevado nível de controle de todas as ações; seria como ver um fenômeno químico acontecer dentro de um laboratório, sob extrema supervisão e tendo controle sobre as possíveis variações.

Nosso trabalho se assemelha um pouco com o de Agnaldo José da Silva, *Praça Velho: um estudo sobre a socialização militar* (2002) obviamente não tendo o mesmo folego, mas seguiremos próximo a sua análise, pois, além da semelhança dos objetos de pesquisa, vemos nas estruturas que ele apresentou semelhanças com a realidade da PMMA.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, quais sejam: 1. Breve panorama histórico da Polícia Militar no Brasil e no Maranhão; 2. O discurso de legitimidade da PMMA; e 3. Discursos divergentes dentro da PMMA.

No primeiro capítulo fazemos um breve, mais importante relato da história das Polícias Militares no Brasil e depois no Maranhão que tem sua gênese em meados do século XVI e recebe por fim, seu nome atual em 1971¹, passando a ser chamada então de Polícia Militar do Maranhão - PMMA. Nele podemos perceber como as Polícias, e particularmente no Maranhão, atrelavam nos seus agentes os estigmas e honrarias de suas respectivas classes sociais, lançando assim os fundamentos de estruturas que permanecem até então na instituição. Neste mesmo capítulo apresentamos o referencial teórico adotado para a construção e, posteriormente, solução do problema proposto. Também apresentamos os princípios da hierarquia e da disciplina e as primeiras impressões que causam nos alunos quando adentram ao CFAP, bem como sua importância para a construção do militar.

¹ Para uma melhor compreensão das representações da PMMA na década de 80 e a influência do Regime Militar nas ações da mesma ver a monografia de BEZERRA (2013): **A POLÍCIA E A VIOLÊNCIA: representações sobre a PMMA na década de 80 do século XX.**

No segundo capítulo fazemos uso da investigação e análise documental e empírica para demonstrar como o discurso oficial da PMMA, que é baseado na hierarquia e na disciplina, toma aspectos de um heroísmo protetor e abnegado. Fazendo uso de um discurso oficial, que é embasado em documentos legais como a Constituição Federal (CF) e o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão, a PMMA passa a caracterizar-se como legítima protetora da ordem social do Estado do Maranhão, no entanto esta característica do seu discurso termina por tomar outro viés e que não o legal, causando sérios vícios na corporação. Ainda, para a construção da identidade militar analisamos o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial (RCONT), onde consta as características mais dominantes do militarismo, quais sejam a disciplina e a hierarquia e o ritual da continência militar. Ao examinarmos esses documentos percebemos como a disciplina e a hierarquia são constantes na vida do policial militar.

No terceiro capítulo procuramos desvendar por meio de estruturas de pensamento e por meio da análise de discurso, como os policiais militares assimilam os princípios de hierarquia e disciplina e que tipos de policias são gerados pelas relações que se desenvolvem no seio da PMMA e como essas relações se mostram antagônicas à ideia de uma instituição moderna e burocrática. Fazemos neste capítulo uma análise dos discursos dos policiais militares sobre as memórias deles sobre o CFAP, e também construímos uma etnografia da PMMA a partir das estruturas de pensamentos que notamos estar presente na realidade da instituição. Para preservar a identidade dos policiais entrevistados optamos por mudar o nome deles. Ainda, demonstramos como essas relações, que se sustentam para além da simples burocracia, podem resultar em crise para a PMMA, resultando na greve ou movimento paredista.

Por último, tratamos nas considerações finais da relevância deste trabalho para a maior aproximação da PMMA da sociedade, por meio de um melhor conhecimento das estruturas e relações que a mantêm.

Vemos nessa pesquisa mais um esforço para a construção de uma bibliografia que trate de temas relacionados à PMMA, principalmente de estudos que estejam voltados para suas questões internas. Diferente do que se tem feito, não direcionamos nossa pesquisa a engrandecer a PMMA ou seus comandantes por suas ações ante a sociedade, mas procuramos revelar características controversas que são comuns em seu cotidiano. Conhecê-

las e revela-las propicia uma perspectiva mais crítica, bem como a possibilidade de combater tais vícios dentro da corporação.

1. A POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO: CONSTRUINDO O PROBLEMA

1.1 Breve panorama histórico da Polícia Militar no Brasil e no Maranhão

Nesse capítulo pretendemos mostrar um breve panorama da história da Polícia Militar no Brasil e no Maranhão, faremos uma breve abordagem histórica da composição dos aparatos policiais, mas, também manteremos nossa análise sobre os agentes que a compunham. Compreender a constituição das tropas policiais no tempo, bem como seu fundamento disciplinar, se mostra extremamente relevante para entender a PMMA de hoje.

Com o início da colonização portuguesa surge a necessidade de assegurar a posse do Brasil contra as investidas de outras nações estrangeiras "e depois contra a insurgência da própria gente da terra". Para tanto os portugueses tiveram de se organizar militarmente. Segundo Silva et al (2006):

Com o Regimento de 1548 veio a semente do serviço militar, mediante normas que estabeleciam o recrutamento, assim como, a hierarquia das armas. Os que não estavam escritos foram se constituindo aos poucos, por meios de seleção pertinentes aos conceitos da época. Dessa forma, as forças encarregadas da defesa da Colônia se organizaram em três tipos: as tropas de linha, as milícias e os corpos de ordenanças. As primeiras eram formadas por soldados regulares e profissionais, geralmente portugueses cujos regimentos traziam o nome dos locais onde haviam sido recrutados, como Bragança, Moura, Estremoz, por exemplo. (SILVA et al., 2006, p. 21).

As tropas de linha constituíam a nata dos efetivos coloniais, apenas incorporando colonos quando necessário, assim mesmo a exclusividade era dada aos brancos. De modo geral, os recrutados formavam um outro tipo de tropa, as chamadas milícias ou terços. Era um serviço obrigatório e não remunerado, o que impedia a profissionalização destes soldados, porém o comando era entregue aos Oficiais de Carreira. Estas milícias, mas tarde chamadas de segunda linha, tinham função militar e social: além de constituídas para a defesa da terra o seu Oficialato era equivalente à nobilitação como os demais cargos públicos relevantes na Colônia. Os Corpos de Ordenanças incluía o resto da população não engajada em nenhuma tropa, mas que estava sujeita ao serviço militar obrigatório.

Para Caio Prado Junior (1961) essas últimas tropas foram essenciais para a expansão territorial e administrativa da Colônia:

[...] se como força armada as ordenanças ocupam em sua história um plano obscuro, noutro setor, aliás não previsto pelas leis que a criaram, elas têm uma função ímpar. Sem exagero, pode-se afirmar que foram elas que tornaram possível a ordem legal e administrativa neste território imenso,

de população dispersa e escassez de funcionários regulares. Estenderam-se com elas, sobre todo o território, as malhas da administração, cujos elos teriam sido incapazes de atar, por si só, o parco funcionalismo Oficial que possuíamos; concentrado ainda mais como estava nas capitais e maiores centros. (PRADO JR, 1961, p. 322)

As primeiras tropas portuguesas que atuaram no Maranhão foram quatro companhias que em 1614 estavam sob ordens de Jeronimo de Albuquerque e que se empenharam para a expulsão dos franceses em novembro de 1915. Outro marco importante, segundo Vieira Filho (1975) foi a chegada de tropas permanentes vindas de Pernambuco que eram chamadas de Canelas Pretas. Em meados de 1757 foram criados os Corpos Milicianos pelo capitão general do Estado do Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que logo pois em prática o alistamento militar, abrangendo os moradores sem distinção, capazes de pegar em armas, de idade mínima de 7 anos.

Em 1820, relata o Cel. Antônio Bernardino Pereira do Lago, em sua obra “Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão”, que a província tinha os seguintes distritos militares: Alcântara, Aldeias Altas (Caxias), Brejo, Guimarães, Ilha de São Luís, Itapecuru-Mirim, Iguará, Mearim, Pastos Bons, Tutoia e Viana, cada um deles sob a chefia de um comandante geral militar.

No século XIX dá-se início ao que futuramente viriam ser as Polícias Militares (PMs), uma reorganização do Exército:

as Milícias e as Ordenanças coloniais foram extintas e criadas as Guardas Municipais e a Guarda Nacional, sem que lei geral alguma fizesse a consolidação do que estava sendo deliberado isoladamente para cada uma delas (FARIA, 2007, p.163)

As Assembleias Legislativas passaram a fixar a força policial, e assim organizaram o que denominaram corpos de polícia e corpos de guarda. Em 1836, com a Lei Provincial nº 21, de 17 de junho de 1836, cria-se o Corpo de Polícia do Maranhão (CPM), sendo designado o capitão do Exército brasileiro Feliciano Antônio Falcão, comissionado ao posto de major comandante. O CPM veria a ser uma extensão do Exército Nacional, herdando não apenas o comandante, mas o modelo organizacional e as normas disciplinares.

Nas décadas seguintes a corporação ganharia elementos de distinção e regulamentos que lhe dariam um caráter mais burocrático. Até o final do Império, foram cinco regulamentos, os quais expressam a intenção de aparelhar a burocracia estatal.

[...]

O último, de 1881, teve 142 artigos e um grande número de anexos, pois traz muitos modelos para a escrituração da administração do quartel e da atuação dos soldados – de registros das ocorrências diárias às atas de reuniões dos conselhos internos, para exemplificar. Contudo, nenhum deles disciplinou as rotinas para o dia-a-dia da vida em caserna, pois essas seguiam o regimento interno do Exército. (FARIA, 2007, p. 183)

No que tange ao recrutamento, o novo organismo militar seria composto de voluntários, no entanto passados trinta dias decorridos para o prazo de recrutamento voluntário, se não houvesse alcançado número suficiente para integração completa do corpo de polícia, o presidente da província mandaria proceder ao recrutamento forçado, que seria regulado pelas instruções de 10 de junho de 1832, e no que fosse aplicável no decreto do governo de 02 de novembro de 1835. Os voluntários serviriam por quatro anos e os recrutados por seis.

No entanto, mesmo com um número de vagas de 332 homens, o problema para recrutarlos permanecia.

Durante as duas primeiras décadas da existência da corporação, a principal causa apresentada para essa situação era a dificuldade em atingir as cotas de recrutamento para o Exército e a Armada, exigidas à província pelo governo imperial, que prejudicava o recrutamento para as tropas provinciais. Em 1864, porém, quando se extinguiu o recrutamento forçado como forma de admissão ao CPM, outras justificativas ganharam realce: a baixa remuneração, a dureza da vida militar, a rejeição à condição militar, entre outras. (FARIA, 2007, p. 177)

A condição militar não era vista com bons olhos, principalmente para as classes baixas da sociedade, aqueles que não agiam de acordo com os padrões morais da sociedade, pois sobre eles estava o fardo² de serem os praças da força policial. A conduta “reprovável” desses indivíduos acabava por colocá-los na mira do recrutamento, era uma forma de punir e se livrar dessas pessoas. Muito embora estivesse definido em lei que os recrutados deveriam ser “indivíduos de bom procedimento moral e político”, na prática o que acontecia era uma verdadeira caça às bruxas onde todos que não fossem “bem vistos” seriam incorporados às fileiras militares.

Este caráter punitivo era tão flagrante que não se restringia apenas na passagem do indivíduo para o CPM, mas não se adequando este à disciplina da corporação e sendo

² Aos praças, tendo como função a execução das ordens dos superiores hierárquicos, cabiam os serviços mais penosos como a vigilância das cadeias e o transporte de presos. A pena por deixar um preso fugir era a prisão pelo tempo equivalente ao do fugitivo. Ainda, as piores penas eram direcionadas aos praças, como a “prisão com faxina” que objetivava quebrar o orgulho dos policiais insubordinados. (FARIA, 2007, p. 214).

reincidente em várias transgressões recebia o castigo máximo: ser transferido para as fileiras do Exército ou da Armada.

Art. 33. O commandante do corpo poderá solicitar do governo a expedição das ordens necessárias, para que tenham praça no exercito ou na armada as praças de conducta irregular, e que não dêem esperança de se corrigir. (Regulamento do Corpo de Polícia da Província de 01 de maio de 1855, In: Resgate Histórico dos Regulamentos: da Polícia Militar do Maranhão, 2016, p. 22)

Escapar do recrutamento seria possível apenas se estivesse incluído nos casos de isenção previsto para o engajamento nas tropas ou se contasse com a proteção de alguém influente o bastante para impedir sua captura ou que promovesse sua liberação, caso estivesse preso esperando ser enviado para a capital da província (FARIA, 2007, p. 185).

Quanto à oficialidade, deveriam ser escolhidos entre os cidadãos considerados “aptos para o serviço”. A nomeação dos oficiais era prerrogativa única do presidente da província e a preferencia era dada aos oficiais do Exército, os quais obteriam autorização para assumir as novas funções. O modo como os praças e os oficiais ascendiam para as tropas do CPM revela muito acerca das carreiras e do papel social destes dois grupos.

Se a farda e o porte de armas compunham o visual do policial, o papel que ele devia desempenhar no tecido social e que se inseria requeria um comportamento condizente com a função em que fora investido. Deveria ter equilíbrio, placidez e energia. Para se fazer respeitar na realização de ações que abrangiam da pacificação de tumultos e prisão de desordeiros ao socorro a doentes, crianças e idosos desvalidos. Além disso, tinha de se disciplinar para cumprir a pesada rotina de trabalho que lhe era exigida. (FARIA, 2007, p. 187)

Pensar sobre o papel social dos militares é trazer à luz um conjunto de valores que engloba toda a sociedade maranhense do século XIX. Tirados de um substrato social considerado inferior estavam os praças: vagabundos, malfeitores, trabalhadores itinerantes, todos aqueles que surgem fora da comunidade. Participantes de uma sociedade em que o trabalho laboral estava ligado diretamente à condição de escravidão, não passavam por um treinamento a longo prazo que os disciplinasse e os fizessem se adequar a rigorosa vida militar. O quadro dos praças era sempre instável, muitos que completavam o tempo de serviço obrigatório de quatro anos logo deixavam a corporação, outros ainda que não suportavam ou se negavam a permanecer optavam pela deserção. Assim, sempre existiam

levas de recrutas, que assumiam os serviços quase que imediatamente após a nomeação, sem nunca desenvolver os costumes militares³.

Por sua vez, a oficialidade, desde a colonização, obtinha o status nobiliárquico junto aos signos de seu cargo.

As Milícias, mais tarde chamadas Tropas de Segunda Linha, tinham função militar e social: além de constituídas para a defesa da terra, a participação em seu Oficialato equivalia a uma espécie de nobilitação como as de outros cargos públicos relevantes na Colônia. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO: apontamentos para sua história, 2006, p. 22)

Enquanto que na tropa era diagnosticada “sua crescente indisciplina e desmoralização”, o oficialato carregava o brio e garbo exigido das polícias. Ser um oficial era ascender socialmente a um lugar de destaque num universo dominado por bacharéis. Esse era o caminho seguido por muitos que pertenciam às camadas médias. Diferente dos praças, no caso dos oficiais oriundos do Exército, seus corpos e mentes estavam adestrados, sua personalidade havia passado por todo processo de construção da identidade militar. Já os oficiais vindos das Milícias, ainda que não possuíssem a disciplina militar, carregavam consigo o status das corporações militares em seus emblemas como também a distinção social proveniente do cargo.

Durante sua história a Força Policial do Maranhão teve muitas denominações⁴, e passou por muitas mudanças estruturais que aqui, neste estudo, não nos compete discutir. Os elementos necessários para o seu entendimento já foram ressaltados neste pequeno resumo. A Polícia Militar do Maranhão (PMMA) passou a ser assim denominada em 04 de janeiro de 1971, através da Lei nº 3.119.

Em 04 de dezembro de 1974, durante o governo de Nunes Freire, foi implementada a Lei estadual nº 3.602, a chamada Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Maranhão, onde consta a necessidade do aumento do efetivo da corporação, aumento este proposto pelo então governador (FREIRE, 1979, p. 264-265). Quando em pleno Regime

³ Sobre o “desenvolver os costumes militares”, atualmente, observamos que se comparado com o tempo de formação dos oficiais da PMMA, em média quatro anos, o tempo de formação dos praças é muito curto, não sendo um período fixo, variando entre as turmas formadas (nossa turma durou menos de cinco meses). Isso revela um desnível na preocupação da formação dos praças se comparada à formação dos oficiais. Vemos, assim, a permanência de problemas que remontam ao período imperial, tais problemas perpetuam a mesma visão de outrora, onde praças e oficiais têm visões antagônicas uns dos outros devido ao preparo diferenciado que possuíam.

⁴ Para algumas dessas denominações, ver o que nos coloca em sua monografia DIVINO FILHO (2017, p.36).

Militar, Bezerra (2013) revela que as ações da Polícia Militar eram acompanhadas de atos de violência, e que tais atos eram influências diretas da própria formação dos militares.

Outros policiais que integraram a corporação naquele momento foram igualmente específicos ao relatar sobre as formas impróprias de tratamentos, principalmente os ocorridos durante os cursos de formação. Quando este fala de “tratamento”, refere-se à maneira como os policiais eram preparados nos cursos de formação de soldados, a forma como eram orientados para agir, com rigor e energia. Segundo a literatura que trabalha a história das polícias militares, “rigor” e “energia” eram normalmente eufemismos para *violência*. Talvez seja essa uma das explicações para o fenômeno da conhecida “violência policial” relatada na década de 1980: despreparo profissional e tratamento inadequado de homens e mulheres que iriam lidar com a população. (BEZERRA, 2013, p. 21)

Para Bezerra a violência que emana da Polícia Militar está ligada ao próprio governo, onde a repressão dos aparatos policiais não se limita a atingir apenas o meio civil, mas pode pesar também sobre aqueles compõem a Polícia Militar e ousam questionar os métodos empregados.

Como visto, essa violência pode ser governamental, no que tange ao preparo profissional dos policiais militares de forma “desumana”, como expresso pelo soldado Arouche. Outros policiais confidenciaram a este pesquisador a mesma impressão, mas preferiram não ser identificados e mesmo não concordaram com a gravação de entrevista, temendo que pudessem resultar em represálias ou perseguições. (BEZERRA, 2013, p. 22)

A história da Força Policial do Maranhão tem sido a história da sua burocracia e de suas autoridades máximas. Os poucos momentos que a tropa aparece são desta forma, como tropa, massa a ser comandada, o destaque dos relatos históricos está direcionado à disciplina e pundonor da corporação. Assim, no discurso oficial da PMMA está ressaltado a hierarquia e a disciplina como seus valores máximos, sua amplitude transpõe o tempo e se confirma (ou não) em seus agentes mediante um duro processo de mortificação e adestramento.

Este breve histórico revela, como será confirmado mais adiante, que muitas características na Instituição Policial, mesmo depois de mais de um século e meio, ainda não foram superadas. Nesse contexto vale ressaltar a entrada e participação das mulheres nas fileiras da Polícia Militar⁵.

O ingresso de mulheres nas polícias correspondeu, de um lado, à necessidade de preencher lacunas deixadas por guerras no efetivo

⁵ Ver o trabalho de DIVINO FILHO (2017), **A INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA POLICIAL MILITAR: Um estudo de caso na Polícia Militar do Maranhão.**

masculino e, de outro, à realização de amplas reformas institucionais para enfrentar problemas de corrupção, violência, deterioração da imagem e perda da credibilidade policial. (SOARES E MUSUMECI, 2005, p.15)

O ingresso das mulheres na PMMA aconteceu no ano de 1982, “criada com a finalidade básica de orientar, proteger e informar a população, especialmente as crianças, mulheres e idosos na execução do policiamento ostensivo em diversas partes da capital e foram empregadas nas repartições públicas do estado” (DIVINO FILHO, 2017, p. 39).

O “abismo” entre Oficiais e Praças, o demérito da tropa diante da sociedade, a própria desvalorização da condição militar. Essas e outras características ainda persistem, mesmo que algumas por motivos diferentes.

1.1 Um problema do passado e do presente

Antes de adentrarmos necessariamente no problema, para discorrer sobre o objeto deste trabalho achamos necessário justificar nossa opção pela história do tempo presente.

Nosso interesse por um estudo relacionado à PMMA nasceu quando entramos em suas fileiras⁶. Até então, enquanto aluno do curso de história da UEMA, nunca havíamos voltado nossos olhos para a instituição com interesse acadêmico e obviamente era uma visão de quem era “de fora⁷”. Ao passarmos pelo Curso de Formação de Soldado (CFSD) da PMMA, levamos nossa visão acadêmica para dentro do quartel-escola, nossa visão crítica sobre essa nova realidade despertou o interesse de compreender os pormenores da construção social do Policial Militar. Por fim, nossa escolha sobre o tema maturou quando efetivados na instituição e vivendo o cotidiano do serviço policial.

As falas e discursos de outros policiais com quem tivemos contato, a realidade do quartel e do serviço policial pareciam ser dissonantes do que liamos nas apostilas do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e daquilo que era passado pelos Oficiais-instrutores. Desde esse momento encontramos uma duplicidade de discursos. Para o comando do CFAP e sua equipe burocrática aprender-se-ia a ser policial no quartel-escola, com as instruções recebidas e a disciplina. Já em conversas extraoficiais com outros pm’s, que também trabalhavam no CFAP, e que não eram instrutores, diziam que o tornar-se

⁶ Oficialmente nossa turma, que iniciou em outubro de 2013, foi nomeada em fevereiro de 2014.

⁷ Leirner (1997) faz uma referência a Celso Castro (1990) quando fala da “construção de fronteiras simbólicas entre o mundo ‘de dentro’ e o mundo ‘de fora’ — entre militares e civis” (CASTRO, 1990, p. 12).

policial se daria no serviço de policiamento, nesse momento o aluno se transformaria enfim no soldado.

O que os policiais mais antigos (os nossos entrevistados mais antigos entraram na PMMA na década de 80) relatam é uma visão extremamente rígida do que seria a PMMA de seu tempo, basicamente uma representação análoga à Polícia do século XIX. Como entendiam os princípios de hierarquia e disciplina? Como viam-se, e a própria instituição, diante da sociedade? Como era o treinamento e instrução no CFAP? Estas e outras perguntas nos inquietavam e inquietam, por isso pretendemos fazê-las aos próprios agentes que viveram tal realidade.

A PMMA, apesar de ser uma instituição relativamente fechada – isso se deve, não apenas por seu caráter militar, mas também por lidar com a segurança pública – não é alheia às mudanças sociais, por conseguinte, passa também por mudanças. No entanto, nos questionamos: o entendimento sobre os princípios de hierarquia e disciplina, ou pelo menos aquilo que é ensinado e aprendido por cada agente, mudou com o passar dos anos? Presumimos que sim, pois o discurso dos policiais mais antigos demonstra que o método de ensinar dentro do CFAP tenha sido “suavizado”, por assim dizer. Também identificamos, mediante o convívio, que o modo como o serviço policial é executado é diferente.

Nossa opção por uma história do tempo presente se deu pela necessidade (e oportunidade) de ouvir dos próprios policiais que ingressaram nas fileiras da PMMA, desde os anos 80, suas representações no que tange aos princípios primordiais da PMMA. Desses discursos pretendemos extrair não apenas pontos de vista sobre a Polícia Militar, mas também vislumbrar o projeto de socialização do militar ao longo do tempo, bem como entendê-la como um fragmento da sociedade maranhense.

Nosso objeto de estudo se revela próximo não apenas temporalmente, como também nos é familiar por fazer parte de nossa realidade. Dessa forma, não apenas realizamos uma pesquisa histórica no tempo presente, mas uma pesquisa de autoconhecimento, que queremos que se estenda a todos que compartilham da mesma condição, que é a de policial militar. Concordamos com Chartier com relação ao fazer história no tempo presente:

[...] o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento

de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história” (CHARTIER, 1993, p.8).

Fazer uma história do tempo presente exige um compromisso muito grande com o conhecimento científico, a subjetividade não deve ser vista como um ônus, um fardo, mas como um item enriquecedor da pesquisa. A proximidade com o período histórico estudado, bem como a convivência com os atores históricos possibilita perceber certas intenções e sentimentos diante de acontecimentos, corrigir distorções, preencher lacunas de eventos, ouvir as vozes, literalmente, dos atores históricos.

A história do tempo presente permite a utilização do testemunho direto daqueles que viveram o momento histórico. Muitos que são opositores desta corrente historiográfica alegam que existe a possibilidade de falsificação de testemunho, ou que a subjetividade das memórias pode influenciar os resultados da pesquisa, destruindo o rigor acadêmico que a História construiu no tempo, o historiador Eric Hobsbawm dá o seu parecer:

A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio. (HOBSBAWM, 1998).

Toda fonte histórica que deriva do homem está repleta de subjetividade, não importa se elas são de dois ou três séculos atrás, bem como toda produção histórica também terá sua parcela de subjetividade, pois é produzida a partir do tempo do historiador e este levará consigo o arcabouço intelectual e cultural do seu tempo. Assim a qualidade da pesquisa não repousa no absolutismo de nenhum tipo de fonte, mas nos cuidados, na honestidade, e no compromisso do pesquisador, do historiador.

1.2 Hierarquia e Disciplina: a construção do militar

A PMMA é a instituição do Estado do Maranhão dotada de legitimidade para exercer a coação pela força e pelas armas, ela tem poder. Compartilhamos da análise de Gerard Lebrun (1981) em seu conceito de poder, pois vemos que ele se adequa perfeitamente à realidade da PMMA.

Para Lebrun o conceito de poder está associado ao conceito de dominação cunhado por Max Weber, qual seja: “é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de

determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 2000, p. 33). O poder só poderia ser efetivo se acompanhado da ideia de punição. Obviamente o autor não discorda que o poder age não apenas de forma coercitiva, mas não acredita que seja possível exercer poder sem dominar.

Outro ponto importante na teoria de Lebrun é a ideia de “poder de soma zero”, que dá à dominação relações de hierarquia.

Se X tem poder, é preciso que em algum lugar haja um ou vários Y que sejam desprovidos de tal poder. É o que a sociologia norte-americana chama de teoria do “poder de soma zero”: o poder é uma soma fixa, tal que o poder de A implica o não poder de B. Esta tese (ou este pressuposto, quando a tese não é expressamente enunciada), encontra-se em autores tão diferentes ideologicamente como Marx, Nietzsche, Max Weber, Raymond Aron, Wright Mills... (LEBRUN, 1981, p. 7)

O poder seria assim “o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda à parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial, poder do contramestre, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.)” (LEBRUN, 1981, p. 8). Ele se apresenta, hoje, sob o aspecto mais legítimo possível, o do direito, das leis e da burocracia. Submeter-se ao poder resulta em ser um “bom cidadão”, em ser um “bom soldado ou aluno”, etc. e é o que possibilita o adestramento dos indivíduos.

A hierarquia e a disciplina são os princípios basilares que regem todos os militares. Nelas se sustenta toda a estrutura corporativa, as leis e normas, bem como a coesão institucional, em suma, aquilo que se entende como ordem dentro do militarismo.

Art. 14. Parag. 1. A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade. (ESTATUTO DOS MILITARES, versão digital)

Art. 8º A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar. (REGULAMENTO DISCIPLINAR DO EXÉRCITO, 2002, versão digital)

A hierarquia e a disciplina são vistas como os fundamentos sólidos que regerão o militar não apenas dentro da caserna, mas além dela. O RDE (Regulamento Disciplinar do Exército), o Rcont (Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas) e, em particular à Polícia Militar do Maranhão, a lei estadual

6.573 de 30 de novembro de 1995 não se limitam apenas a dirigir o militar durante e quando em serviço, mas extrapolam o limite do que seria considerado público e se pretendem normativas até mesmo no que teria caráter privado, pois: “a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados” (ESTATUTO DOS MILITARES, art. 14, parag. 3).

Suas atitudes em serviço ou à paisana irão refletir diretamente em seu comportamento disciplinar que é medido em graus, sendo punido quando ruim e recompensado quando é bom ou excepcional.

A hierarquia militar é extremamente rígida, mais do que a hierarquia organizacional do funcionalismo público do mundo civil. Ela desempenha um papel inquestionável que é o de diferenciar e determinar o lugar de cada um, bem como o grau de autoridade de cada indivíduo dentro da instituição. Baseada num modelo moderno de dominação, a dominação burocrática, a hierarquia militar visa tornar o mais eficaz possível sua funcionalidade, não permitindo a quebra da cadeia hierárquica. Max Weber diz que administração burocrática significa: dominação através do conhecimento; este é seu caráter fundamental especificamente racional. (Weber, 2000, p. 147). Aqui destacamos uma de suas principais características:

A dominação da impessoalidade formalista: sine ira et studio, sem ódio e paixão, e, portanto, sem amor e entusiasmo, sob a pressão de simples conceito de dever, sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para cada qual, isto é, cada qual dos interesses que efetivamente se encontra em situação igual – é assim que o funcionário ideal exerce o cargo. (WEBER, 2000, p.147)

A dominação burocrática é um perfeito mecanismo de dominação baseado na racionalidade e legalidade. Por meio dela há maior eficiência no controle e vigilância do grupo dirigido. A hierarquia propicia a imposição da disciplina e da submissão. Dificilmente um indivíduo se submeteria a um outro socialmente igual a ele. Na PM a hierarquia vai além de um sistema piramidal, onde há igualdade dentro dos postos e graduações. Nela a ideia de igualdade é frágil, pois, de forma prática, a hierarquia é levada às últimas consequências não existindo igualdade entre os policiais. Um soldado não é igual a outro, a graduação e o posto não são as únicas barreiras hierárquicas, existe a antiguidade entre os indivíduos de mesma patente.

A classificação dentro do curso de formação ou aperfeiçoamento resulta em precedência. Assim, além da diferença de patentes hierárquicas existe a precedência que serve como quesito hierarquizante dentro da mesma patente. Em suma, na PMMA ninguém é igual ao outro, sempre havendo um definidor hierárquico entre os agentes.

Sobre a hierarquia Leirner afirma:

Longe de ser apenas um princípio legal, a hierarquia é a base sobre a qual se exteriorizam cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos; tudo isso executado pelos membros da Força, cada qual em uma posição no interior da instituição, sem que ao menos precisem ter consciência de que, tomadas em seu conjunto, as diferentes condutas são manifestações particulares que necessariamente transitam por esse princípio regulador coletivo que é a hierarquia. (LEIRNER, 1997, p. 52)

A leitura que Leirner faz sobre a realidade militar e do disposto legal, que é o Estatuto do Militar, é a de que a hierarquia militar não é necessariamente piramidal, mas que é melhor representado como uma “fila indiana”, onde todos são hierarquicamente diferentes uns dos outros. A função da hierarquia não se restringe apenas dentro do mundo militar, mas se estende ao mundo civil, da mesma forma que ela estrutura a relação entre os militares também o faz no trato dos militares para com os civis.

Mais do que normas reguladoras da conduta em serviço, os códigos militares se pretendem formadores de uma nova identidade nos indivíduos. Esta nova identidade é construída durante o CFSD (Curso de Formação de Soldados), que acontece no CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças), ou no CFO (Curso de Formação de Oficiais) que é realizado na APMGD (Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias). Para que esta nova identidade seja construída é necessário mortificar a identidade civil, aquela que reluta em se submeter a autoridades, que é indisciplinada. Esta identidade não é compatível com os princípios militares, por isso ela deve ser mortificada para atender as exigências de uma nova realidade repleta de regras, códigos de conduta.

Erving Goffman no seu clássico *Manicômios, Prisões e Conventos* nos fornecerá conceitos muito importantes para desvendar a socialização militar. A ideia de instituição total pode ser aplicada perfeitamente à caserna.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo,

levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 1974, p.11)

O quartel-escola representa este lugar, onde o aluno é vigiado constantemente tendo suas ações administradas para que seja construído um novo modo de ver o mundo. O mundo militar é edificado propositalmente em oposição ao mundo civil, e como a lógica militar é baseada na hierarquia e na disciplina, esses princípios são passados a ele da forma mais custosa possível. O processo de socialização militar é carregado de simbolismo e códigos que irão acompanhar o militar para além da caserna. Mas para que o “espírito militar” se consolide no indivíduo primeiro é necessário a “mortificação do self”⁸, a mortificação de uma cultura que é anterior a sua entrada na instituição total.

É característico dos internados que cheguem à instituição com uma “cultura aparente” (para modificar uma frase psiquiátrica) derivada de um “mundo da família” - uma forma de vida e um conjunto de atividades aceitas sem discussão até o momento de admissão na instituição. (GOFFMAN, 1974, p. 23)

O mundo familiar ao aluno até o momento de entrar no quartel-escola é o civil, e o mundo militar lhe será hostil até que ele apreenda os preceitos e tenha sua visão de mundo alterada e que se adeque a sua nova realidade. Os primeiros dias dentro da instituição total são os mais intensos, é o momento de “boas-vindas” e o instante em que com toda a força a equipe dirigente mostrara qual o novo papel o dirigido deve desempenhar bem como qual o seu lugar nesse sistema. No quartel-escola, CFAP, é o momento de “separar os adultos das crianças”, como fala Celso Castro em sua *Antropologia da Caserna* (2004), “pressão” é o que define a vida dos recrutas. Insistentemente lhe será cobrada a continência, que é a saudação militar, mas que tem simbolicamente a marca de reverência ao superior. Deve ser inculcado que a obediência é um dever, a hierarquia é tão rígida que se estende para fora dos muros do quartel. Quando gravado o espírito militar, o indivíduo não é mais reconhecido pelo seu nome civil, mas pelo seu nome militar e principalmente pela sua patente, assim a “mortificação do self” é tão eficaz que a identidade é transmutada.

Um outro conceito importante é o de grupo dirigente e de internados (para melhor adequação chamaremos de grupo dirigido).

⁸A complexidade do conceito de self é conhecida, mas usaremos o conceito adotado por MACEDO e SILVEIRA (2012, p. 281): “self inclui um corpo físico, processos de pensamento e uma experiência consciente de que alguém é único e se diferencia dos outros, o que envolve a representação mental de experiências pessoais.” Para uma análise do desenvolvimento do conceito de self, ver MACEDO e SILVEIRA (2012).

Assim como há restrições para conversa entre as fronteiras, há também restrições à transmissão de informações, sobretudo informações quanto aos planos dos dirigentes para com os internados (dirigidos). Geralmente, estes não têm conhecimento das decisões quanto ao seu destino. Tanto no caso em que os fundamentos oficiais são militares, por exemplo, ocultar o destino da viagem dos soldados; os médicos, ocultando os diagnósticos, plano de tratamento e demora aproximada de internamento para tuberculosos, essa exclusão dá a equipe dirigente uma base específica de distância e controle com relação aos internados (dirigidos). (GOFFMAN, 1974, p. 21)

Na PMMA existe basicamente dois grupos distintos: os oficiais e os praças. O conceito de dirigentes e “dirigidos” cabe perfeitamente nesse caso. Os oficiais são o grupo responsável pela administração institucional, os praças são responsáveis pela execução das ordens. Apesar de regidos pelo mesmo regulamento os oficiais são hierarquicamente superiores e têm domínio sobre os praças. Os praças, exceto em raríssimos casos, nunca ascenderão ao grupo dos oficiais e ainda que chegue nunca desfrutara a plenitude de ser um oficial. A fronteira entre estes dois grupos é delimitada e legitimada por lei, dificilmente ela será transposta. São os oficiais os responsáveis legítimos por imprimir no indivíduo o espírito militar, de fazer com que o civil indisciplinado e insubordinado tome a forma de um militar disciplinado e obediente aos superiores.

Sobre o poder disciplinar, vejamos o que Foucault diz acerca do soldado.

Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”. (FOUCAULT, 1987, p. 162)

A vigilância e a punição são mecanismos do poder utilizados para docilizar os corpos, são utilizados como regra para a disciplina; a delimitação do tempo e do espaço devem ser rigidamente obedecidos e; a ascensão para uma patente ou posto é determinada pelo exame, que avalia, classifica e recompensa (ou não). O poder disciplinar só é possível graças à hierarquia, que entendemos como uma tática do poder, onde por seu intermédio se criam as diferenças e se define quem vigia quem dentro da PM. Afirmamos que no caso da PMMA o poder disciplinar age muito mais nas mentes do que propriamente sobre os corpos.

Em suma podemos ver a Polícia Militar como um modelo panóptico⁹ em que todos que a compõem estão inseridos.

Para Foucault “a primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (1987, p. 174). O primeiro papel da disciplina é regularizar lugares, docilizar corpos e mentes, estabelecer fronteiras, em suma, dar utilidade ao que outrora não tinha. Mediante a coação que é permitida de forma legal, o corpo e mente de um soldado são imprimidos no ser do civil. Sua utilidade está em servir, em obedecer. Foucault esclarece perfeitamente como o poder disciplinar não apenas transforma espaços geográficos, mas transforma indivíduos.

No entanto, esse modelo “perfeito” de sociedade disciplinar pode passar por abalos. Quando a regra da avaliação, que deve resultar em classificação e recompensa, passa a ser burlada, o panóptico gerador de disciplina começa a ruir. A ordem que é gerada pela disciplina pode sofrer um abalo quando o conjunto de regras que sujeitam os indivíduos de determinado sistema, por algum motivo, passa a ser desprezado ou fraudado. Para aqueles que esperam que o sistema funcione é um grande golpe ter seus planos frustrados por motivos menos legais que pessoais. Este abalo do modelo disciplinar se mostrou mais claro nos momentos em que a PMMA entrou em greve nos anos de 2009 e 2014 (quando divulga-se a greve da PM devemos entender não ela como um todo, muito menos a equipe dirigente, mas uma greve dos dirigidos que são os praças, sendo a presença de membros do grupo dirigente extremamente raras).

Podemos ainda perceber que a disciplina é aplicada ou não por conveniência ou interesse, a disciplina não se expressa apenas na punição, mas também na recompensa ou mesmo na confirmação de um direito adquirido pelo indivíduo. Entendemos esses abalos na disciplina como resultados do choque de duas realidades uma de caráter racional e burocrático e outra tradicional e inerente à cultura brasileira, sendo respectivamente: a

⁹ O Panóptico, ou Casa de Inspeção é um projeto arquitetônico criado por Jeremy Bentham que objetivava a inspeção de indivíduos. Nas palavras de Foucault: “O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. (FOUCAULT, 1987, p. 223)

dominação legal e burocrática da PM, que é claramente expressa por Max Weber (2000) e o caráter hierarquizante da sociedade brasileira apresentado por Roberto DaMatta (1997).

DaMatta nos servirá como apoio para o entendimento deste abalo na disciplina militar. O rito do “você sabe com quem está falando?” parece, à primeira vista incompatível com o que deveria ser uma instituição burocrática como a PMMA, mas ele se manifesta exatamente onde as regras burocráticas se tornam empecilhos. Se a PMMA é regida por códigos de conduta e leis que formam seu discurso oficial, e que definem o lugar de cada um hierarquicamente, como pode se aplicar tal rito? Ele se revela nas vantagens extraleais, quando não é o bastante a norma ou quando ela parece atrapalhar, revelando os limites de cada um dentro da instituição, ou quando a impessoalidade do ato burocrático é deixada de lado e o ódio ou a paixão tomam as rédeas, passando a ser um ato pessoal e não legitimado pela lei/razão, mas pela tradição do “eu posso”, “eu sou”. Em DaMatta encontramos uma especificidade da sociedade brasileira que pode ser encontrada de forma similar dentro da caserna.

O "sabe com quem está falando?", além de não ser motivo de orgulho para ninguém - dado a carga considerada antipática e pernóstica da expressão - , fica escondido de nossa imagem (e autoimagem) como um modo indesejável de ser brasileiro, pois que revelador do nosso formalismo e da nossa maneira velada (e até hipócrita) de demonstração dos mais violentos preconceitos. De fato, como veremos a seguir, o rito do "sabe com quem está falando?" nos coloca muito mais do lado das escalas hierárquicas e dos caxias - que sistematicamente queremos esconder ou, o que dá no mesmo, achamos que não temos a necessidade de mostrar, pois "cada qual deve saber o seu lugar".- do que das associações espontâneas, livres e amorosas dos futebóis, cervejas na praia, carnavais e samba. (DAMATTA, 1997, p. 182)

O rito do “você sabe com quem está falando” só vem à luz quando em momentos de conflito, quando a moral é ofendida ou quando a pessoa, a quem a frase é dirigida, oferece algum tipo de ameaça à posição daquela. Normalmente é visto com aversão, mas se efetiva comumente quando necessário, pois cada um deve saber o seu lugar dentro da PMMA. É o oposto do “jeitinho brasileiro”, que é apresentado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995), (muito embora este também seja praticado dentro da caserna). Damos visão ao rito damattiano pois cremos ser ele o exercício silencioso de vários desmandos na PMMA.

Na PMMA notamos que este rito não necessariamente precisa ser verbalizado, pois a hierarquia burocrática, na visão de muitos, acaba por se fundir à essa visão damattiana de hierarquia social. Assim, o superior dificilmente se verá embaraçado por um subordinado (o

próprio ato de questionar um superior hierárquico é considerado uma transgressão militar), pois este deve “saber com quem está falando”. Vemos, então, a hierarquia militar se transmutar em uma hierarquia absoluta, onde o subordinado em nenhuma hipótese ou quesito pode sobrepor o superior, onde a disciplina passa a ser compreendida como submissão. Obviamente que da mesma forma que o rito damattiano é negado no mundo civil, por seu caráter avesso ao princípio moderno de igualdade e legalidade, também o será na caserna, onde a obediência às leis é característica do discurso oficial.

Há até a especificação de certas condições, numa ordem de prioridade, como ocorre com informantes de nível universitário, como este que revelou: "Acredito que uma pessoa fatalmente usará a expressão quando: (a) sentir sua autoridade ameaçada (ou diminuída); (b) desejar impor de forma cabal e definitiva seu poder; (c) inconsciente ou conscientemente perceber no seu interlocutor uma possibilidade de inferiorizá-lo em relação ao seu status social; (d) for pessoa interiormente fraca ou que sofre de complexo de inferioridade; (e) o interlocutor, de uma forma ou de outra, é percebido como ameaça ao cargo que ocupa." (DAMATTA, 1997, p. 187)

Podemos imaginar situações diversas no mundo civil onde o rito “você sabe com quem está falando?” se manifeste. Mais ainda, podemos ver esta realidade aplicada na PMMA como realce da hierarquia militar que, ultrapassando a condição da hierarquia burocrática, enfatiza o lugar de cada um dentro, não apenas da instituição, mas da sociedade. Com a frequência com que o rito acontece dentro da caserna podemos arriscar dizer que já não é uma face oculta, pois revela prazerosamente o lugar de cada um que satisfatoriamente exaltasse enquanto diminui o outro.

Estes conceitos e estruturas aqui rapidamente apresentados são necessários para um melhor entendimento e problematização dos discursos dentro da PMMA, tanto o discurso oficial quanto as representações que os policiais fazem dele. Enfatizamos que um estudo voltado sobre a PMMA, principalmente tentando captar discursos internos e que possam “afrontar” seus princípios é complexo, mas nos esforçamos para construir uma narrativa mais compreensível possível a partir dos teóricos e dos discursos captados e cedidos.

2. O DISCURSO DE LEGITIMIDADE DA PMMA

Como uma instituição, a PM é possuidora de um discurso oficial, com o qual se revela à sociedade. Este discurso apresenta a face da razão de sua existência, demonstrando toda a estrutura da corporação, procurando ser tão clara quanto possível e mostrando a necessidade de sua existência. Sua legitimidade está apoiada em uma poderosa coluna do mundo moderno, qual seja, a “razão”, que se transubstancia na forma burocrática dos estatutos. Para Max Weber, a razão é uma ferramenta de dominação legítima “baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtudes dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação” (Weber, 2000, p. 141).

Para divisar o que seria o discurso oficial da PMMA lançaremos mão de alguns textos legais. Admitindo a complexidade de delimitar o que seria o discurso oficial de uma instituição secular como a PMMA, como também nossos próprios limites, nos limitaremos à análise de quatro textos oficiais que a regulam: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a lei estadual 6.513 de novembro de 1995 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão); o decreto federal 4.346 de 06 agosto de 2002 que aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE); e o decreto federal 2.243 de 3 junho de 1997 que dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armada (RCONT).

Justifiquemos nossa escolha documental: a Constituição Federal lança os fundamentos do que seria a PM, suas prerrogativas e delimitações, o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão “regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas” de seus agentes, estes dois documentos serão a base para a construção e exposição das características que figuram num discurso oficial que apresenta a PMMA sob o aspecto heroico, normalmente este discurso é apresentado em cerimônias e apresentações, e é sustentado pelo grupo dos oficiais; e o RDE e RCONT que visam a manutenção da disciplina, especificando as transgressões e as devidas punições disciplinares, o comportamento e as recompensas dos praças, como também a apresentação e o procedimento ante as autoridades civis e militares, estes dois dispositivos constroem e legalizam o universo dos quartéis, para os oficiais eles são responsáveis pelo garbo e competente efetividade da instituição, para os praças são a fonte de infortúnio e divisão interna. Estas leis não são apenas instituidoras de legitimidade, mas também são reguladoras de funções e condutas que devem ser assumidas pelos agentes que constituem as PMs.

Assim, este discurso oficial procura constituir um universo próprio, que é o militar, ordenado e disciplinado que, como notaremos posteriormente, tem suas fronteiras estendidas para além de um mero sistema burocrático¹⁰.

Para melhor análise destes documentos sobre o tema em questão, procedemos com a análise documental de acordo com a proposta e análise documental proposta por Severino (2007) e também Bardin (2016).

Determinada a unidade de leitura, o estudante-leitor deve proceder a uma série de atividades ainda preparatórias para a análise aprofundada do texto. Procede-se inicialmente a uma leitura seguida e completa da unidade do texto em estudo. Trata-se de uma leitura atenta mais ainda corrida, sem buscar esgotar toda compreensão do texto. A finalidade da primeira leitura é uma tomada de contato com toda unidade, buscando uma visão panorâmica, uma visão de conjunto do raciocínio do autor. (SEVERINO, 2007, p. 54)

O que é análise documental? Podemos defini-la como “uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta ou referência”. Enquanto o tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. (BARDIN, 2016, p. 51)

A análise documental é necessária, pois possibilita a extração de informações que sejam relevantes para a pesquisa. A partir destas informações é possível representar a visão que se pretende destacar dos textos.

Em seguida, mediante a análise temática, nos deteremos na ênfase daquilo que constrói a identidade da PM, qual seja a hierarquia e a disciplina. Tal ação é necessária pois, apesar da quantidade de documentos, o conteúdo é extremamente denso. Em seguida, efetuamos a análise interpretativa:

Interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias anunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cortejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor. Bem se vê que esta última etapa da leitura analítica é a mais difícil e delicada, uma vez que os riscos de interferência da subjetividade do leitor são maiores, além de pressupor outros instrumentos culturais e formação específica. (SEVERINO, 2007, p. 59)

¹⁰ Para o militar a hierarquia e disciplina podem se manifestar não apenas como regras burocráticas a serem seguidas por seus agentes, mas como princípios de vida, que são *a priori* à vida militar, são princípios de família.

Nesta fase procuramos estabelecer relações críticas entre as ideias destacadas nos documentos, explícitas ou implícitas, e o contexto científico, com alguns textos e autores escolhidos.

Através da análise destes documentos busca-se apresentar como a PMMA procura se mostrar em seu discurso oficial através de seus princípios elementares, demonstrando como ela deseja se revelar socialmente.

Ademais, salientamos que neste estudo não pretendemos, nem podemos realizar um exame de cunho jurídico sobre a PMMA, muito menos oferecer uma visão que contemple a abrangência dos princípios de hierarquia e disciplina, mas tão somente, pretendemos apresentar algumas das várias faces que a instituição policial militar apresenta, seguindo a uma análise documental e interpretativa, seguindo um “fio de Ariadne” que nos possibilite caminhar pelo labirinto que é a PMMA, pois como nos disse (de um jeito informal) certo tenente-coronel: “Estou a quase trinta anos na PMMA e até hoje não sei o que é Hierarquia e Disciplina”¹¹.

2.1 “A PM faz tudo”: a construção do herói

Vejamos então que parte coube às PMs e seus agente na Constituição de 1988. No artigo 144, parágrafo 5º diz: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”. Eis aqui o motivo de existências das PMs na Constituição, sendo um dos órgãos responsáveis pela segurança pública. O caráter ostensivo lhe garante o uso da farda, da viatura e de outros símbolos que lhes caracterizam visualmente, tornando sua presença evidente; e seu caráter preventivo lhe dá as características de polícia administrativa, responsável por preservar a ordem pública.

Neste parágrafo da Constituição fica explicitado que as PMs terão suas funções voltadas para o público, evidenciando a proximidade que deveria ter com a sociedade de modo geral. Como agente preservador da ordem pública entende-se que para a efetividade

¹¹ Não recordamos a data deste evento, mas aconteceu quando, indo ao seu gabinete, procurávamos saber como se deveria proceder para conseguir autorização para entrevistar os pm's do Quartel do Comando Geral, no Calhau. Na ocasião o oficial procurou saber de que se tratava a pesquisa e então expusemos o nosso tema-problema. O tenente-coronel então falou que buscávamos compreender algo que tinha várias interpretações e falou que muitos de “lá de cima” – apontando para o prédio do Comando Geral – “confundem a superioridade hierárquica militar com superioridade como ser humano, e confundem disciplina com subserviência”. A frase acima citada foi dita em tom de gracejo.

de um Estado Burocrático de Direito, para o cumprimento das leis, dos direitos e deveres individuais, as PMs possuem a legitimidade do uso da coercitivo da força.

A Carta Magna, ainda versando sobre as PMs, diz em seu artigo 144, parágrafo 6º: “As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”. Este artigo da Constitucional submete as PMs dos Estados aos seus respectivos Governadores e aproxima as Policias Militares das Forças Armadas, fazendo das tropas estaduais auxiliares e reservas, ainda que suas funções sejam diferentes ¹².

O ponto que confirma a estreita e antiguíssima relação das tropas estaduais com as Forças Armadas é a Emenda Constitucional nº 18, de 05 de fevereiro de 1998, estipulando que as duas Forças, embora com prerrogativas e funções diferentes, sejam dirigidas por um mesmo dispositivo legal, quais sejam: (artigo 42, parágrafo 1º; artigo 142, parágrafos 2º e 3º).

Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela EC n. 18/1998)

[...]

Artigo 142, parag. 2º Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

Parag. 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela EC n. 18/1998)

[...]

IV – ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; (Incluído pela EC n. 18/1998)

V – o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos; (Incluído pela EC n. 18/1998)

Os policiais militares dos Estados são militares por isso estão sujeitos aos mesmos princípios de hierarquia e disciplina que os militares da Forças Armadas. A negação de *habeas corpus* em caso de prisão disciplinar é o mecanismo que assegura o poder disciplinar dentro das PMs, fazendo do militar único em sua categoria, pairando sobre ele

¹² CF, Art. 142. “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

(principalmente sobre o comandado) a sombra da privação de liberdade por uma transgressão disciplinar cometida.

Por suas características *sui generis* e como responsáveis pela seguridade social, agravado pelo fato de portarem armas, os militares não podem sindicalizar-se nem tão pouco fazer greve, e ainda não podem estar ligados à política quando na ativa. Como podemos ver, os dispositivos legais se aplicam às duas Forças, tanto Polícia Militar quanto Forças Armadas.

O legislador constituinte cerceou uma série de direitos aos militares, sacros à sociedade. Saindo de uma ditadura militar tratou de assegurar que estes tempos nunca mais voltassem. Assim, enquanto salvaguarda dos direitos da sociedade os militares tiveram os seus negados. Compreendemos tais leis como dispositivos de controle das instituições militares que ao mesmo tempo agravam a distância com a sociedade.

A proibição de greve das PMs também está alicerçada no que juridicamente é chamado de competência residual da Polícia Militar, onde, nas palavras de Álvaro Lazarini:

A Polícia Militar possui competência ampla na preservação da ordem pública que, engloba inclusive a competência dos demais órgãos policiais, no caso de falência operacional deles, à exemplo de suas greves e outras causas, que os tornem inoperantes ou incapazes de dar conta de suas atribuições, pois, a Polícia Militar é a verdadeira força pública da sociedade. Bem por isso as Polícias Militares constituem os órgãos de preservação da ordem pública para todo o universo da atividade policial em tema de ordem pública e, especificamente, da segurança pública. (LAZARINI, 1996, p. 61)

Segundo o magistrado, apoiado sobre o não direito a greve e seu dever em manter a ordem social, manifesta-se a importância da Polícia Militar como verdadeiro órgão preservador da ordem pública e capaz de substituir os demais órgãos policiais em momentos de crise.

Notamos que o discurso oficial está sustentado sob suas várias prerrogativas, que incumbem uma série de deveres, que são repetidamente ditos, valorosos à PM e que lhe trazem um brio distinto, a garantia da ordem pública revela que seu lugar é próximo do cidadão. Em contrapartida, ela abre mão de direitos que as outras polícias – e cidadãos - usufruem. Pretende estar em todos os lugares com as “ações de presença”, quando outras instituições falharem lá estará a PM para assegurar o bem social.

O serviço da PM toma aspectos que vão além do burocrático, do simples cumprimento do dever legal. Sua pretensão é ser salvaguarda da ordem social, para tanto, é necessário que seus agentes sejam possuidores de caráter e proceder irrepreensível. Vejamos, pois, alguns valores do policial militar no Estatuto da Polícia Militar do Estado do Maranhão:

Art. 40 – O sentimento do dever, a dignidade policial-militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância dos seguintes preceitos da ética policial-militar:

I – amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade pessoal;

[...]

III – respeitar a dignidade da pessoa humana;

[...]

X – acatar as autoridades civis;

XI – cumprir seus deveres de cidadão;

XII – proceder de maneira ilibada na vida pública e particular;

XIII – observar as normas de boa educação;

XIV – garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

XV – conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina do respeito e do decoro policial-militar; (LEI Nº 6.513, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1995)

Neste sentido “O sentimento do dever, a dignidade policial-militar e o decoro da classe” compõem as características do que seria um cidadão exemplar, o que se espera de um cidadão é para o PM um dever. Ter a verdade como fundamento da dignidade pessoal e respeitar a dignidade da pessoa humana devem ser constituidores da moral do militar.

Ter uma vida pública e particular exemplar e ser um “chefe de família modelar”, conclui-se que a vida particular do militar influenciará na sua vida pública. E mesmo fora do serviço militar os preceitos militares devem reger o pm. Isso é exigido para que sua ação esteja de acordo com o pundonor da corporação. Para repreender de forma adequada se espera que ele seja moralmente irrepreensível, pretendendo ser quase uma ação religiosa, visto que curiosamente os oficiais e alguns praças mais antigos dizem que ser policial é um sacerdócio, não é para qualquer um.

Apesar de que a moralidade seja um princípio que se estende a todos os agentes que compõem a administração pública o militar dá um passo além, e este é decisivo para a complementação do seu discurso. No compromisso que o soldado pm faz quando em sua investidura do cargo ele deve dizer:

Ao ingressar na Polícia Militar do Maranhão, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida. (LEI Nº 6.513, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1995, Compromisso Policial-Militar)

Nesta perspectiva a instituição PMMA, bem como seus agentes, se mostra na figura de um herói altivo e resignado, vassalo da sociedade e das leis, que sempre está pronto a cumprir seus deveres ainda que tenha que se sacrificar para isso. Apesar de sua resignação, este herói não é compreendido, não é visto com bons olhos, ele é rejeitado continuamente, mas isso não deverá interferir em sua missão. Vemos no juramento do Policial Militar que os valores resguardados por ele se mostram tão importantes que sua vida é posta à disposição do risco, se assim for necessário, para que esses valores não sejam violados. A missão, os valores morais, e a preservação da ordem valem mais que a vida do agente, ele, de bom grado, a oferece. Não seria isso a mais pura representação de um discurso de heroísmo?

A resposta a este questionamento encontra eco nas palavras de Campbell: “O último ato da biografia do herói é a morte ou partida. Aqui é resumido todo o sentido da vida. Desnecessário dizer, o herói não seria herói se a morte lhe suscitasse algum terror; a primeira condição do heroísmo é a reconciliação com o túmulo.” (CAMPBELL, versão online, p, 180)¹³. Joseph Campbell vê a morte como a conclusão da história do herói, é uma “reconciliação com o túmulo” por que ele não teme a morte e ela mesma não é nada mais que a passagem para seu descanso ou bem-aventurança.

Ainda que aqueles que juraram não tenham consciência da amplitude do juramento, o discurso ainda se mantém legitimado institucionalmente. O hino da PMMA, em sua primeira estrofe diz:

Deu-nos a Pátria querida/ Como sagrada missão/ Pelo bem do Maranhão/
Oferecer nossas vidas/ Essa tricolor bandeira/ Que na paz nos agasalha/ Há
de ser nossa mortalha/ Na arrancada derradeira. (Trecho do Hino da PMMA)

Pelo bem do Maranhão os pm's devem oferecer suas vidas, para que ao fim tenham sobre si a bandeira do Estado e possam repousar definitivamente de sua sagrada missão. O

¹³ Link da versão digital do livro “O herói de mil faces”: <<https://anovamente.files.wordpress.com/2016/09/joseph-campbell-o-heroc81i-de-mil-faces.pdf>>.

que vemos é um discurso que beira o do herói cristão, de sacrificar-se (ou ser sacrificado) por um bem maior.

Não existe maior amor do que este: de alguém dar a própria vida por causa dos seus amigos. (João 15:13)

Eu Sou o bom pastor. O bom pastor dá a sua vida pelas ovelhas. (João 10: 11)

Nisto conhecemos todo o significado do amor: Cristo deu a sua vida por nós e devemos dar a nossa vida por nossos irmãos. (1 João 3: 16)

Devemos concordar que o serviço policial, de forma prática, excede e muito suas diretrizes, se não, com toda certeza seu treinamento, o que faz do policial militar um verdadeiro ator, lhe exigirão que no decorrer do serviço seja não somente policial, mas também socorrista, pedagogo, assistente social e até psicólogo.

No entanto, este discurso, que se pretende heroico, não é sustentado ou abraçado por todos os seus agentes. É com jocosidade que alguns chegam a ver este papel de herói. Comumente podemos ouvir policiais falarem: “a Polícia Militar se mete em tudo quanto é assunto”. Essa frase pode ter conotação de exaltação da instituição e do serviço policial, mas também pode soar em tom de brincadeira e até de desagrado.

Podemos dividir, basicamente, estas duas falas entre Oficiais e Praças da PMMA. Os primeiros, com mais destaque na instituição, podem ser aqueles que mais difundem o discurso do heroísmo da PMMA, já o segundo grupo pode desaprovar ou até mesmo demonstrar indiferença.

Vejamos neste trecho sobre a missão da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD) a visão da oficialidade dos atributos necessários ao policial militar.

O ensino na APMGD objetiva primordialmente o desenvolvimento dos atributos profissionais indispensáveis ao desempenho da função Policial Militar visando o aprimoramento da educação moral, profissional, intelectual e física do futuro oficial, voltados para bem servir à sociedade maranhense, através do desempenho eficiente das atividades de preservação da ordem pública atuando com ética, profissionalismo e espírito crítico, contribuindo para a promoção da cidadania, alcançando todas as camadas sociais.

É assim a Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias: uma escola responsável pela formação de comandantes do presente e do futuro e a principal referência em educação militar no Estado do Maranhão. (site: <<http://apmgd.com/web/missao/>>. Acesso em: 14 de maio de 2018)

A atitude do policial militar contribui para “a promoção da cidadania”, seus atributos devem ser aprimorados em todos os aspectos, moral, profissional, intelectual e

físico, para bem servir a sociedade. Este trecho da missão da APGD corrobora nossa ideia do discurso heroico do militar, pois, pelo menos quanto aos oficiais da PMMA, o valor moral, profissional, intelectual e físico são ingredientes necessários à sua formação. Agora vejamos um trecho de uma nota do site da União Militar Independente (UMI) do Maranhão (eminentemente composta de praças) acerca da situação interna das corporações militares do Estado no ano de 2015.

Com relação a realidade interna das corporações militares, bombeiros e policiais, vivem certo antagonismo em relação ao sentimento de respeito e valorização, enquanto os primeiros sentem-se amparados e defendidos pelos seus interesses profissionais, havendo diálogo entre seus membros, os últimos ecoam entre seus pares e superiores a certeza do desamparo e do desrespeito à dignidade humana. Na contramão do mote dos diálogos como uma necessidade da construção de uma nova realidade observamos que a postura exercida pela cúpula da PMMA, motivada, talvez, por uma deturpação conceitual sobre hierarquia e disciplina, julgam desnecessários o debate e as trocas de ideias na construção de um novo amanhecer para a briosos Polícia Militar. (site: <<http://comandoumi.blogspot.com.br/2015/12/analise-de-2015-e-perspectiva-de-2016.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2018)

É clara a contradição entre os dois textos, neste último é apresentada uma realidade diferente da pretendida no anterior. Neste, o que é apresentado não é uma situação que revele o aprimoramento dos atributos necessários ao bom policial, mas exatamente o oposto: “a certeza do desamparo e do desrespeito à dignidade humana”.

Por razões estruturais e normativas da corporação, a grande parte da sociedade terá mais contato com o segundo grupo, o dos praças, pois são eles os responsáveis por atenderem as ocorrências, são exatamente aqueles que podem não levar em conta o discurso do herói¹⁴. A valorização dos atributos policiais e de sua missão diante da sociedade é um discurso institucionalmente legitimado, ele é gerado no que comumente poderíamos chamar de elite da PMMA.

Assim, pois, ao contatar oficialmente a PMMA o que teremos é uma resposta gerada por um grupo de oficiais, cujo serviço é exclusivamente voltado para a comunicação e interação com público externo à corporação¹⁵. Porém, no trato com a comunidade este

¹⁴ Nos referimos aqui a um discurso construído pela oficialidade, manifesto nas ações e interações oficiais com a elite civil. Não negamos que exista um discurso de heroísmo entre os praças, sua manifestação, porém, não é predominantemente de um herói resignado, mas de um herói revoltado que vem à tona em momentos de conveniência, e principalmente, em momentos de conflito.

¹⁵ Essa assessoria de comunicação é chamada de P5, na PMMA.

aspecto heroico pode não se manifestar. O aspecto truculento com que o PM age diante do cidadão reflete diretamente os princípios mais enfatizados em sua formação – que nem de longe são o “aprimoramento da educação moral, profissional, intelectual e física” – e são eles reproduzidos no trato com a sociedade. O discurso do herói na PMMA é apenas uma face apresentada, que tem função de encobrir os vários interesses dentro da instituição.

Como bem demonstrou Leirner (1997) que para a compreensão das instituições militares devemos observá-las sobre o prisma de seus princípios fundamentais, quais sejam hierarquia e disciplina. O autor deu relevância em seu trabalho a hierarquia militar, porém, admitimos que a hierarquia é indissociável da disciplina. Como afirma Silva (2002):

É por meio da hierarquia e da disciplina que se consegue obter, nos quartéis, uma pronta e quase ilimitada obediência dos hierarquicamente subordinados. A hierarquia indica quem deve mandar e quem deve obedecer. A disciplina prescreve a forma e a intensidade da obediência dos subordinados para com os superiores e faz com que a hierarquia seja temida, respeitada e obedecida. (SILVA, 2002, p. 53)

Se, oficialmente, a PMMA apresenta as características do policial militar como sendo um servidor sem par, que tem seus princípios e deveres consolidados na razão e na moral, e, que por eles e pela ordem social daria a sua própria vida, ela o faz por que lhe é conveniente tanto para sua imagem fora da caserna, quanto para melhor adestramento daqueles que passarão a fazer parte dela. A hierarquia e a disciplina, no entanto, darão o tom da nova vivência daqueles que para ela se voltam.

2.2 Regulamentação e Controle: a construção do militar

Fazemos aqui uma análise do que seria a disciplina militar a partir de documentos oficiais. Como bem-dito anteriormente, a disciplina não pode ser desvinculada da hierarquia, muito pelo contrário, asseveramos que a primeira fortalece a segunda tornando-a rigorosa.

O RDE e o RCONT são normas disciplinadoras do comportamento militar, a primeira é voltada para a tipificação das transgressões disciplinares, punição do transgressor e recompensas, o segundo normatiza o comportamento militar diante de símbolos pátrios e de autoridades civis e militares.

Com uma leitura superficial que se faça destes dois dispositivos legais a primeira distinção que é possível fazer é a diferenciação entre aqueles que podem punir e receber as deferências militares e aqueles que são punidos e devem prestar homenagem. É um dos

atributos da hierarquia burocrática definir os comandados e os comandantes, mas é específico da hierarquia militar a obrigatoriedade dos comandados prestarem honras aos comandantes.

Há uma estratificação extremamente rígida no militarismo, que determina o lugar e a função de cada um dentro da caserna, bem como o que é conveniente fazer em cada situação. O espaço também é dividido nos quartéis, existem lugares para comandantes e comandados, frequentar ou simplesmente entrar em ambientes sem autorização é uma grave transgressão disciplinar.

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (FOUCAULT, 1987, p. 169)

O quartel é a mais perfeita máquina disciplinar, as técnicas ali empregadas visam, tão somente, preparar o homem para executar sua tarefa, para isso um verdadeiro processo de engenharia é iniciado não apenas para aperfeiçoar seu corpo, mas principalmente sua mente.

No adestramento o agente passa a conhecer seu lugar e sua função neste disciplinado universo, para alcançar a maior precisão possível em seu objetivo. É necessário saber onde se encontra cada peça do mecanismo, para uma rápida avaliação, correção e até remoção se for necessário.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. ((FOUCAULT, 1987, p. 195)

Esta descrição que o filósofo faz dos efeitos do poder disciplinar é uma descrição precisa da manifestação da disciplina militar. O quartel-escola é o lugar onde se fabrica os soldados, onde se faz “a máquina de que se precisa” tirando-lhe as características inúteis e que atrapalham o seu desempenho, lhe treinam a mente e o corpo, internalizam lhe os princípios necessários ao seu papel e ao bom funcionamento de tal forma que já quase não

lembra o que era, uma nova vida se inicia, a disciplina que lhe coagiu agora corre pelo seu corpo e pela sua mente, são seu orgulho. Está pronto para servir.

Apesar da instrumentalização de vários agentes, a função de comando cabe a poucos, e todo o corpo operacional converge para o corpo burocrático que administra todas as ações.

Ao mesmo tempo que divide os militares em grupos, notamos que são os princípios de hierarquia e disciplina que mantem coesa a instituição da PMMA, pois, apesar de divididos em várias graduações e postos¹⁶, todos são militares e devem compartilhar, ainda que em posições diferentes, do zelo e do orgulho pela instituição. A camaradagem e o respeito devem ser praticados, os conflitos não podem existir para que a ordem seja mantida, deve existir o espírito de corpo, muitas vezes a corporação é apresentada como uma “grande família”. Essa expressão pode parecer uma simples analogia, mas nossa experiência e os relatos de outros policiais¹⁷ revela que, de fato, muitos militares veem na instituição uma família e no quartel uma segunda casa.

A disciplina não existe apenas para controlar e punir, mas também para dar a recompensa ao merecedor. Ela não deve se manifestar exclusivamente na coerção, mas também nas benéncias e em cada ação do policial, deve estar tão ligada a ele que seja executada de forma quase inconsciente.

A disciplina militar teve sempre uma importância fulcral para o cumprimento integral da missão atribuída aos exércitos. Desde os tempos mais longínquos até à actualidade, a disciplina foi sempre elemento essencial para as vitórias no campo de batalha. Não basta uma mão cheia de homens moralmente bem formados para a constituição dos exércitos, é necessário que cada um desses homens saiba interiorizar a disciplina militar como uma regra de vida, um “laço moral que liga entre si os diversos graus da hierarquia militar; nasce da dedicação pelo dever e consiste na estrita e pontual observância das leis e regulamentos militares” (LEITÃO, 2011, p. 4)

Para o então Capitão Leitão, a disciplina militar deve ser uma regra de vida, não adianta ser moralmente bem formado, a internalização da disciplina permite que o homem coloque a missão acima de si mesmo. A observância integral das leis e estrito acatamento das ordens é o que se espera de um soldado.

¹⁶ Graduação é o grau hierárquico dos praças e Posto é o grau hierárquico dos oficiais na PMMA.

¹⁷ O capítulo três trata desses relatos.

O conceito de disciplina militar e suas manifestações principais são definidas no artigo oito do RDE.

Art. 8º A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar.

§ 1º São manifestações essenciais de disciplina:

I - a correção de atitudes;

II - a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;

III - a dedicação integral ao serviço;

A disciplina militar se expressa na correção pessoal mediante a observância das leis, na “obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos”, não é uma obediência relapsa ou duvidosa que se cobra no dispositivo legal, mas uma obediência vívida e fervorosa, ao militar em cumprimento de ordem superior não cabe o questionamento, apenas o acatamento por completo. Por fim, a dedicação ao serviço deve ser completa, não pode o policial gastar seu tempo com frivolidades ou atividades que não sejam relativas ao aperfeiçoamento de sua missão.

Outro fim da disciplina é a padronização do comportamento que facilita a vigilância. Para Silva,

A disciplina padroniza o comportamento dos indivíduos, colocando-os em evidência. Assim, qualquer desvio das regras e dos padrões de comportamento pode facilmente ser detectado e corrigido. E é justamente o fato de o indivíduo participante de uma instituição disciplinar ser visto continuamente, que o mantém em sujeição ao regulamento disciplinar e aos seus porta-vozes, os oficiais. (SILVA, 2002, p. 58)

Não apenas a padronização, mas há na disciplina militar a aplicação de um modelo panóptico de vigilância incessante.

Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (FOUCAULT, 1987, p. 223)

Aqui a estrutura física do panóptico foi superada, em seu lugar existe uma construção mental, a partir do psicológico de cada indivíduo. Em contraste com a claridade das regras fica exposto todo pensamento subversivo. O panóptico está em sua mente, ele é vigia e prisioneiro, assim como cada um da corporação. Quando a transgressão lhe vier à mente de forma involuntária – um deslize na disciplina ou um resquício de sua antiga vida

– os alarmes de sua prisão interior se ativaram, sua vigília é então retomada se não o fizer por si mesmo um outro vigilante/prisioneiro fará, ele se corrige. O RDE não deixa margens para a ocultação de transgressões, mas procura trazer tudo para luz da disciplina.

1. Faltar à verdade ou omitir deliberadamente informações que possam conduzir à apuração de uma transgressão disciplinar;
6. Não levar falta ou irregularidade que presenciar, ou de que tiver ciência e não lhe couber reprimir, ao conhecimento de autoridade competente, no mais curto prazo; (RDE, ANEXO I- RELAÇÃO DE TRANSGRESSÕES)

Não basta vigiar a si mesmo, é necessário vigiar os outros sob pena de sanção disciplinar. O quartel é o centro de aprendizado da vigilância, também é o centro administrativo do panóptico, todas as irregularidades para ele convergem e dele saem as determinações contra os transgressores. Mas a punição não deve ser um ato de vingança contra o transgressor, a punição disciplinar “objetiva a preservação da disciplina e deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence” (RDE, art. 23).

A punição disciplinar é, pelo menos por uma boa parte, isomorfa à própria obrigação; ela é menos a vingança da lei ultrajada que sua repetição, sua insistência redobrada. De modo que o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento; é diretamente obtido pela mecânica de um castigo. Castigar é exercitar. (FOUCAULT, 1987, p. 204)

Mais uma vez o filósofo parece olhar para dentro dos quartéis. A punição do militar da PMMA é diametralmente oposta ao que ele deve preservar, que é a lei. Como representante dela suas ações devem ser ilibadas, como um representante da PMMA o policial carrega consigo todos os princípios que lhe caracterizam: legalidade, honradez, disciplina, respeito às autoridades e a dignidade da pessoa humana, em suma deve ser um cidadão mais que exemplar. Sua função é garantir a ordem social, como resultado, acaba por entrar em conflito com os que causam a desordem, a punição dos desordeiros é a clausura.

O policial militar que comete transgressão disciplinar poderá ter como punição a clausura. Sua punição é o resultado por tornar-se - mesmo que por um instante e menor grau – aquilo que deve combater. Na clausura ele deve se arrepender e fazer expiação pelo erro cometido, sua situação servirá de exemplo aos outros, desmotivando-os de cometer o erro e ele mesmo não incorrerá mais nele.

Falemos um pouco sobre a continência militar. O RCONT diz no artigo 14: “A continência é a saudação prestada pelo militar e pode ser individual ou da tropa”. E ainda no seu primeiro parágrafo: “a continência é impessoal; visa a autoridade e não a pessoa”. Este

é o rito mais celebre entre os militares, repetido insistentemente nos quartéis escolas é a demonstração de respeito á autoridade a que é dirigido. É o cumprimento dos militares, poderia ser assemelhado a um “bom dia” entre duas pessoas que se encontram não fosse sua obrigatoriedade e a simbologia que carrega.

A continência é o ritual militar que comprime a hierarquia e a disciplina em uma única ação, resumidamente, a continência é a manifestação mais peculiar do ethos das instituições militares.

Como todo discurso simbólico, o ritual destaca certos aspectos da realidade. Um de seus elementos básicos é tornar certos aspectos do mundo social mais presentes do que outros. De fato, pode-se de dizer que sem tais destacamentos, que conduzem a descontinuidades e contrastes, o sentido do mundo seria perdido. O mundo ritual é, então, uma esfera de oposições e junções, de destacamentos e integrações, de saliências e inibições de elementos. É nesse processo que as “coisas do mundo” adquirem um sentido diferente e podem exprimir mais do que aquilo que exprimem no seu contexto normal. Em uma palavra, o universo do ritual é o mundo do efetivamente arbitrário e do puramente ideológico. (DAMATTA, 1997, p. 76-77)

Para os “de fora” pode parecer algo simples e rotineiro ou até mesmo podem ver beleza. O mundo militar está repleto de símbolos, cerimonias e rituais que são rigidamente regrados. Por exemplo: os movimentos de um desfile militar são rigidamente treinados e repetidos para que todos alcancem o maior nível de uniformidade possível. Os olhos dos expectadores se maravilham ante a marcha e os movimentos vigorosos de braços e pernas, dispostos em filas, os soldados se apresentam como se fossem apenas um. Para o expectador é apenas um espetáculo, mas para o militar são princípios disciplinares sendo apresentados.

A continência militar que se manifesta num simples movimento é a representação ritualística de todo o universo militar. A repetição incessante e obrigatória da continência introjetará no militar um costume que será executado de forma automática. Ele sabe a quem deve prestá-la e sabe quem lhe deve prestar, assim ela encarna a hierarquia e a disciplina simultaneamente.

Como uma honra que é prestada a autoridade, e não à pessoa, ela é impessoal. Não prestar a continência ao superior hierárquico é uma ofensa muito grave, pois é um desrespeito a autoridade que ele representa, passível de punição. Este rito não se limita pelos muros do quartel, mas vai além dele devendo o subordinado em qualquer ocasião demonstrar os sinais de respeito aos superiores.

O RCONT prescreve a continência para todas as ocasiões possíveis dentro e fora do quartel: se no refeitório, na sala de instrução, ao caminhar dentro das dependências do quartel ou fora, se fardado em trajes civis, se em veículo ou a pé, se portando arma de fogo ou sabre, se em formaturas ou cerimônias militares ou civis. Para todas estas situações, o primeiro de todos os atos é assegurar que a primeira ação após identificar o superior hierárquico seja cumprimentá-lo da forma que prescreve o regulamento sob pena de sanção disciplinar.

Para o bom militar a continência é um momento de dignificação, saldar aos seus superiores e ser salgado em resposta é uma dinâmica que o qualifica como militar, um motivo de orgulho.

O soldado exemplar é irrepreensível fora e dentro do quartel, não precisa ser repreendido, ele se autodisciplina. Todos os dispositivos de disciplina agem em seu consciente capacitando-o para executar sua missão com a maior precisão possível. (RDE, art. 4)

O soldado exemplar é o espelho de seu comandante. Todas as ordens que lhe são dadas são cumpridas com a maior brevidade possível, ele não questiona o porquê, não faz parte de suas atribuições pensar nos motivos ou fins da missão, lhe cumpre apenas acatar as ordens e executá-las da melhor forma possível. (RDE, art. 8, par. 1)

O soldado exemplar entende seu lugar dentro da organização militar, ele não se subleva nem permite que outro se levante contra a ordem vigente. Compreende que seu papel é importante para a sociedade, que ele coopera para a garantia de direito e deveres do Estado democrático de direito. (RDE, art. 8 caput)

O soldado exemplar age de acordo com as normas sociais, ele não se excede nem se omite. A verdade é o estrado de sua ética. (ESTATUTO DA PMMA, art. 40, inc. 1)

O soldado exemplar abre mão de seus direitos para assegurar os direitos dos outros, ele compreende que sua missão é maior que ele mesmo. A seguridade da sociedade, a garantia da democracia são valores maiores, por isso ele se dedica inteiramente ao serviço. O soldado exemplar é altruísta, por isso ele serve e protege “mesmo com o risco da própria vida”. (ESTATUTO DA PMMA, art. 45)

Concluimos que, no contexto de um Estado democrático de direito que teve seus fundamentos lançando com a Constituição de 1988, as polícias ditas militares foram cerceadas da amplitude dos direitos individuais. Sua histórica proximidade com as Forças Armadas não foi desfeita, muito pelo contrário foram legalmente aproximados pelo poder constituinte, confirmando assim que os mesmos dispositivos burocráticos e os princípios de hierarquia e disciplina fossem aplicados a ambos, ainda que seus objetivos e realidades sejam distintas.

Da mesma forma que as Forças Armadas são responsáveis pela garantia da soberania Nacional, as PMs são responsáveis pela garantia da ordem pública o que a leva a ter um contato muito maior com a sociedade de modo geral. Por possuir uma prerrogativa distinta à das Forças Armadas, mas sendo regida por dispositivos iguais, a PMMA constrói seu discurso oficial em conformidade com o das FFAA.

Notamos que particularmente à PMMA seus dispositivos legais revelam um sistema burocrático extremamente rígido quanto aos princípios que devem fundamentar a ética de seus agentes. Constrói-se um estereótipo de um indivíduo que é leal a Pátria e suas autoridades, bem como por ter como função a segurança pública e a ordem social, deve fazer de suas atitudes o reflexo da instituição que representa.

A partir das exigências necessárias à função policial militar e dos direitos tolhidos, constrói-se o discurso do herói militar, que, devido a grandiosidade de sua missão, é valente e resignado. Pela sua responsabilidade a PMMA visa estar presente em todas as situações que possíveis como garantidora da ordem. Antes de ser o “braço armado do Estado” a PMMA discursa ser o braço de apoio da sociedade.

A hierarquia e a disciplina, fundamentos da PMMA apresentam-se como necessários para a formação de um bom policial militar. Para melhor servir a sociedade a PMMA discursa ser necessário o adestramento dos agentes de forma rigorosa, construindo um sistema semelhante ao panóptico que mantém a vigilância constante sobre os indivíduos. Para que os policiais absorvam com maior eficácia os princípios de hierarquia e disciplina são necessários técnicas e rituais, um desses rituais é a continência militar que resume perfeitamente o universo e a realidade dos quartéis.

A continência, como rito militar, não se restringe aos muros do quartel, mas, como todo princípio do universo militar, são princípios que regerão o indivíduo por todo o tempo

que servirem na caserna. Os princípios militares vão além de um estereótipo, ele constrói valores e indivíduos que vivem por eles.

Assim, o militarismo das policias é, sob o aspecto legal e burocrático, o mesmo que o das Forças Armadas, e constroem realidades exclusivas ao universo militar, mas como veremos no próximo capítulo, há especificidades quanto ao caso da PMMA, que revelam as influências de características próprias da sociedade brasileira dentro da caserna e que mostrará discursos dentro da PMMA que diverge daquele oficialmente apresentado.

3. DISCURSOS DIVERGENTES DENTRO DA PMMA

Para além do discurso oficial o que temos são uma variedade de outros discursos que podem ou não negar alguns aspectos do primeiro. Para tentar captar alguns destes discursos não oficiais foi necessário ouvir aqueles que não são considerados porta-vozes da PMMA, os praças. Bem diferente do papel dos oficiais, que é o de comando, apuração de faltas disciplinares e aplicação de punição, o papel deles é o de comandados, a eles cabem a execução das ordens que emanam do grupo dirigente.

Diferente da representatividade natural que é dada ao grupo dirigente, ou grupo dos comandantes, o grupo dos comandados não possuía, até pouco tempo, nenhum poder de representação diante da sociedade que não fosse o oficial. Com a organização dos praças em Uniões e Associações de Praças, esses órgãos passaram a ter algum papel de representação para esse grupo. Cremos que essas Associações possibilitam a organização de algumas ideias em comum entre os militares, o que possibilitou os movimentos de paralização da PMMA. Esses movimentos são considerados para muitos polícias os divisores de águas para o crescimento e maior visibilidade dos praças diante da sociedade e do governo.

Porém o discurso dessas organizações pode dar voz às reclamações dos militares, mas não caracterizam os diversos tipos de policiais que existem na corporação. Para alcançar esses tipos, os pelo menos para categorizá-los, fez-se necessário a entrevista como método de investigação e análise do discurso.

Mais especificamente, pretende-se tratar a entrevista como dispositivo de produção de textos a partir de uma ótica discursiva – produção situada sócio historicamente, como prática linguageira que se define por uma dada configuração enunciativa que a singulariza (ROCHA et al, 2004).

Ao considerar o dito pelo entrevistado como uma versão daquilo que lhe é solicitado informar, a autora afasta-se da ideia de coleta de uma verdade absoluta, fidedigna ou oculta, e assume a necessidade de buscar nas práticas discursivas o processo, o movimento, o sentido, fazendo com que a entrevista seja o lugar no qual se constroem possíveis versões de realidade. A autora afirma ainda que, “ao nos aproximarmos da versão do usuário (...), pudemos concluir que o importante, além de ouvir, compreender ou acolher as queixas é, antes de mais nada, ressignificá-las” (PINHEIRO, 2000, p. 213).

As falas dos entrevistados são a representação que eles fizeram de uma realidade que viveram. Entendemos que as falas não podem representar a verdade dos fatos e que as

próprias palavras escolhidas são feitas sob um modo de pensar que é único do entrevistado, é então uma versão da realidade. Longe de pretendermos encontrar uma suposta realidade na fala dos entrevistados o que podemos fazer é buscar na variedade de discursos singularidades que tornaram as experiências em comum, bem como as pluralidades características do comportamento próprio.

A análise da enunciação assenta numa concepção do discurso como palavra em ato. A análise de conteúdo clássica considera o material de estudo um dado, isto é, um enunciado imobilizado, manipulável, fragmentável. Ora, uma produção de palavra é um processo. A análise da enunciação considera que na altura da produção da palavra é feita um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações. O discurso não é transposição cristalina de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma linguageira. O discurso não é um produto acabado, mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições. Isto é particularmente evidente nas entrevistas em que a produção é ao mesmo tempo espontânea e constringida pela situação. (BARDIN, 2016, p. 218)

O próprio ato da entrevista é um condicionante para o discurso que dele resulta. Quando nos apresentamos a nossos pretendentes a entrevistados e mostramos nosso projeto de trabalho estamos cooperando para que eles selecionem memórias, acontecimentos e até o modo como falarão. São consequências do simples ato de entrevistar, que sendo algo espontâneo, possivelmente terá contradições e imperfeições nas falas, mas reside nestas imperfeições valiosas inferências que o entrevistado pode fazer e delas ter resultados abundantes para sua pesquisa.

Além dos “recortes” que o entrevistado faz durante a entrevista ainda haverá a interferência do entrevistador no momento de selecionar de um extenso material aquilo que lhe parece mais relevante a sua pesquisa.

Realizada a entrevista, o pesquisador há de perceber que nela sempre se produz um “material excedente”: no texto produzido como resultado do encontro do entrevistador com o entrevistado sempre haverá menção a fatos que não foram perguntados, assim como digressões, retificações etc. A intervenção do pesquisador se faz sentir ainda uma vez no momento exato em que, segundo critérios previamente estabelecidos, procede a um trabalho de “priorização” de determinados fragmentos em detrimento de outros que não lhe parecem relevantes. Isto nos mostra que a entrevista não é o corpus de análise, mas sim o campo de circulação de determinados discursos, campo esse que será recortado conforme os objetivos da pesquisa. (ROCHA et al, 2004)

Dessa forma, ao selecionar de um extenso enunciado as partes que mais parecem relevantes, o pesquisador demonstra que o objetivo final não é a entrevista em si, mas informações que constam dentro de uma construção da realidade. Assim, visa o pesquisador decifrar estruturas de pensamento. Ainda que a entrevista tenha caráter espontâneo o entrevistado pensará de forma a organizar sua narrativa e manifestará ou esconderá informações, mas o modo como opera o raciocínio, de forma consciente ou não, deve ser desvendado pelo pesquisador.

Sob a aparente desordem temática, trata-se de procurar a estruturação específica, a dinâmica pessoal, que, por detrás da torrente de palavras, rege o processo mental do entrevistado. Cada qual tem não só o seu registro de temas, mas também a sua própria maneira de (não) os mostrar. Claro que tal como se pode, ao longo de várias entrevistas, e sobre tudo se forem muitas, ver manifestarem-se repetições temáticas, pode também ver-se tipos de estruturação discursiva. (BARDIN, 2016, p. 96)

Bardin, pois, nos apresenta as técnicas e os métodos para a investigação discursiva por meio de entrevistas que serão necessários para a construção tanto dos tipos policiais e como se revelam, como também das estruturas discursivas comuns aos entrevistados. O que desejamos conseguir é alcançar, a partir dos discursos individuais, estruturas de pensamento comuns ao grupo dos praças, a partir da subjetividade dos entrevistados compreender alguma fração do universo dos comandados.

Como esclarece Leirner (1997) o militarismo possui sua própria cultura, seu próprio conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, acreditamos, no entanto, que na PMMA o projeto de militarismo está bem distante do tipo que Leirner (1997) e Castro (1990) estudaram. Não apenas pelas peculiaridades das instituições, mas também porque se tratam de quartéis escola, onde cada ação é planejada e controlada.

O militarismo de que trata estes dois autores diferem ainda do militarismo da PMMA por ser exercitado diariamente dentro dos quartéis mediante um isolamento social que consome quase todo o tempo do agente, não sendo seu serviço direcionado ao trato com a comunidade em geral. O que temos nesses trabalhos é o típico militarismo de quartel, onde ele pode ser exercitado em toda sua plenitude, sofrendo pouca ou nenhuma interferência externa. O mais próximo que esses estudos poderiam se assemelhar ao caso da PMMA seria com relação ao quartel escola do CFAP.

O militarismo da PMMA seria então uma subcultura do militarismo das Forças Armadas, pois mesmo tendo uma mesma base legal e burocrática não pertence à mesma

realidade. O trabalho do policial é no seio da comunidade e por isso não terá a mesma visão que o militar das Forças Armadas, que é preparado para a guerra e exatamente por isso deve ter o rigor disciplinar em seus níveis mais altos como experiência diária.

Claro que, quando analisarmos a experiência do CFAP e as impressões que são impostas aos alunos do CFSD, em contraste com o serviço do policial militar, teremos um óbvio contrassenso que são os princípios de hierarquia e disciplina destinados a domesticar e controlar o policial em relação com o trato com a sociedade, que sofrerá a influência desses princípios militares sendo aplicados sobre ela por meio do policial.

Mas não é um “puro militarismo” que se manifesta na relação policial-sociedade, na verdade a ideia de um militarismo puro é tão estranha quanto qualquer tipo ideal de cultura ou ideologia que se pretenda puro, assim o termo será usado apenas para expressar não se tratar de um militarismo manifesto expressamente nas normas burocráticas. A bem da verdade, não é esse mesmo militarismo burocrático que existe dentro da PMMA.

O que percebemos é uma cultura patrimonialista que vem incorporada junto ao militarismo, ela se esconde sutil e mascarada dentro da corporação através de mandos e desmandos que são encobertos pela legitimação de comando de alguns e pelo poder discricionário que muitos possuem. A PMMA pode assim se tornar uma extensão da casa e facilmente é legitimada por aqueles que são comandados, pois, afinal lhes ensinaram que “a polícia é a segunda casa” ou ainda que “a polícia é nossa segunda família”. O que temos são as características do homem cordial de Sergio Buarque de Holanda, para suportar a hierarquia a que é submetido faz um arremedo de burocracia com a própria família.

O cordialismo na PMMA toma o aspecto da camaradagem militar, mas é tão fútil quanto a primeira, expressões como “meu comandante” podem ser muito facilmente relacionadas com expressões do mundo rural, sob o qual o homem cordial tem suas bases assentadas, como “meu padrinho”. Elas tomam outra forma militar com a do “peixe” ou “peixada” que é nada menos que um relacionamento de proteção de um superior hierárquico para com um subordinado, mas também é chamado de apadrinhamento.

Outro aspecto preponderante na corporação é o tratamento distintivo dado a alguns indivíduos, é o personalismo no trato com os superiores. Facilmente confundido com o respeito a hierarquia militar, e por isso mesmo tão comumente praticado. Silva expõem com maestria esta estrutura dentro da Polícia Militar do Estado de Goiás:

Surge a indagação: como tal instituição moderna comporta-se frente à face tradicional da cultura brasileira? Assim como DaMatta percebeu uma dualidade na sociedade brasileira, parece ocorrer o mesmo com a estrutura institucional da Polícia Militar, talvez em grau menor. [...]. Se o policial militar tem uma peixada, isto é, amizade com algum coronel, deputado ou qualquer autoridade que exerça influência no Comando da Polícia Militar, ele consegue um gabinete ou um posto de trabalho com bonificações. Nesse sentido poderíamos enumerar dezenas de atitudes e comportamentos policiais militares que fogem à regra ideológica de uma instituição burocrática e que lembram as prebendas da dominação tradicional. (SILVA, 2002, p. 48)

Silva descreve a PMGO como tendo práticas de caráter burocrático e também tradicional. A descrição se encaixa com perfeição à PMMA. Conhecer alguém é mais importante que conhecer seus direitos, a efetividade de dizer um nome ou carregar sobre si as insígnias de comando é melhor para abrir portas que possuir um curso de especialização ou até mesmo um doutorado em uma área específica.

Na remota hipótese de alguém ousar dizer seus direitos ou reclamar a isonomia ou igualdade, tal pessoa pode trazer sobre si a ira do rito “você sabe com quem está falando?” manifesta em sanções disciplinares. Dentro da instituição a perseguição é algo rotineiro e porque não dizer que é facilitado pelo próprio regulamento. O rito damattiano do “você sabe com quem está falando?” não precisa ser verbalizado dentro da PMMA ele não requer essa liturgia, pois simplesmente o subordinado deve saber com quem está falando, e ao se arriscar ao questionamento também sabe que pode arcar com o ônus que advém dele. A hierarquia e a disciplina delimitam o lugar dos indivíduos dentro dos quartéis. Silva afirma que “nos quartéis da Polícia Militar, as relações sociais são claras, pois os regulamentos burocráticos são nítidos ao diferenciar o papel e o lugar de cada personagem na instituição” (SILVA, 2002, p. 50).

Neste aspecto nossa análise dissona da de Silva, pois acreditamos que a receptividade ao discurso oficial não é uníssona entre os agentes da PMMA. Não implicando necessariamente em uma negação completa dos princípios elementares da PMMA, os praças fazem uma releitura do discurso oficial pretendendo dar a ele um caráter mais “humano” e democrático. Alguns fatos que trazem consistência a nossa ideia são os inúmeros processos judiciais que são levados à justiça civil e não a militar para a resolução de litígios referentes a promoção, reinclusão, assédio moral, etc.

Outro fato que dá força a nossa ideia são os movimentos paredistas de reivindicação. Qualquer ação que não parta do grupo dos dirigentes e que não tenha como objetivo a manutenção da ordem vigente dentro e fora da instituição terá caráter de ilegalidade, indisciplina, uma afronta a instituição e para o grupo dirigente. Assim, vemos esses movimentos como manifestações extremas de pensamentos que divergem ou são uma outra interpretação do discurso oficial.

Acreditamos que tanto o homem cordial quanto o rito damattiano do “você sabe com quem está falando?” sejam expressões de estruturas de pensamento que podem ser aplicadas a corporação, suas raízes estão ligadas à sociedade brasileira e encontram não apenas guarida mas tomam aspectos bastante acentuados dentro da PMMA de tal forma que se pode falar de uma padronização destes princípios por suas características predominantes.

3.1 Instituição total: “CFAP querido”

Como uma instituição total a PMMA tem um controle muito grande sobre seus internos, este período de controle é mais intenso quando no CFSD, neste período o aluno estará sujeito ao adestramento para que possa ser capacitado a se tornar um soldado. É nesse momento que há o “choque” entre duas culturas, a de fora e a de dentro. Haverá, a partir da entrada do candidato dentro do CFAP, uma cerimônia que se repetirá diariamente até que o aluno se forme. Essa cerimônia é a formatura matinal e vespertina que marcam o início e final das instruções dentro da instituição.

A formatura é um rito que marcou e marcará todos que passarem pelo CFAP, ela é a representação do que será a vida dentro da PMMA. Destacamos três itens que caracterizam a formatura: a distinção entre comandantes e comandados; o momento dos avisos; e a padronização.

Na formatura fica claro o lugar dos comandados e dos que comandam, os primeiros posicionam-se enfileirados no centro do pátio, devem fiar em forma, isto, dispostos em colunas e linhas, do maior para o menor, pelotão ladeado por pelotão, imóveis e em silêncio. Os comandantes ou dirigentes se movimentam por todos os lados, procuram defeitos nos alunos: barba mal feita, roupa amassada, sapato sujo, calça e camisa desalinhada, um vacilo e perde-se o fim de semana, o aluno seria convidado a uma faxina interna ou a uma capina.

Logo após a revista da tropa, se iniciam os avisos, o foco central deste item não são os avisos, mas o tempo que será gasto nele. Horas a fio se repetem as mesmas mensagens e avisos. Dá-se um comando de ordem unida, muda-se de posição e mais algumas horas são gastas. A finalidade do momento dos avisos, nos concluímos, não é mais dar conhecimento de informações do que testar o psicológico e o físico dos alunos.

A padronização é o item mais cobrado dos alunos e o que gera mais punições quando não alcançado. Todos os integrantes dos pelotões devem estar rigidamente alinhados e irrepreensíveis em sua postura e no fardamento. Uma falha de alguém e todo o pelotão pode pagar por isso. A padronização facilita o reconhecimento daqueles que demonstram sinais de não estarem se adequando à vida no quartel.

É no ato da primeira formatura que o aluno terá contato com o grupo dos comandantes, os oficiais. A partir desse momento será exposta a diferença que há entre aqueles que comandam e aqueles que serão comandados, entre o grupo dirigente e o grupo dos internos. Goffman faz uma exposição deste primeiro encontro.

Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente, os internados vivem na instituição e tem contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo. Cada agrupamento tende a reconhecer o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. (GOFFMAN, 1974, p. 19)

A descrição feita por Goffman está mais próxima de uma instituição hospitalar, mas não difere muito do que seria o CFAP. Os estereótipos com que os dois grupos se veem são características que se aplicam aos dois casos.

O pior do CFAP é a semana zero, é o momento de extrema humilhação onde a identidade dos alunos deve ser abalada. Palavras como “monstro”, “ser sem luz” ou simplesmente “aluno” tem como objetivo abalar a identidade dos indivíduos que ingressam na corporação. Uma constatação de negação da identidade ou pior, a inferiorização da identidade que até então predominava resultará na fragilização do universo do indivíduo. Ficar em forma no pátio, sob um sol forte esperando que alguém caia revela quem está mais apto para

a nova vida, mas também serve para revelar aqueles infelizes que terão maior atenção da classe dirigente tanto por seu fracasso físico ao desmaiar quanto por sua afronta ao questionar o porquê de ter que passar por tudo isso.

O objetivo último desse tratamento é mortificar a identidade do aluno, que saiu de um mundo diferente e por isso não compreende os valores militares, e imprimir nele a identidade de militar. Para alguns a apropriação pode ser mais rápida que para outros, mas quase todos que passam por isso, irão lembrar com um certo saudosismo para os momentos no CFAP. Acreditamos que isso se deva à consolidação de uma nova identidade do indivíduo, quando não era militar o tratamento lhe parecia estranho e abjeto, mas depois de consolidada a socialização do militar ele vê em tudo aquilo algo necessário à sua formação.

No processo de socialização policial militar os exercícios, ordens, tarefas e qualquer outro tipo de atividade mortifica o self dos referidos alunos em formação. Em outras palavras, o papel do militar deve sobrepor-se aos papéis antes desempenhados por esse mesmo indivíduo na sociedade mais ampla. Os valores, as crenças, as ideologias presentes nas leis, regulamentos, costumes e tradições da Polícia Militar vão sendo assimilados de tal forma que o status social de seu “antigo mundo”, a sociedade mais ampla, cede lugar a um novo status, o de militar. (SILVA, 2002, p. 30)

O tratamento que foi dispensado quando aluno será o mesmo no tratamento com a sociedade. Os princípios que construíram a identidade do militar são refletidos para o mundo civil, o que resulta dessa interação é a mesma violência, com que foi tratado quando na qualidade de civil, sendo adotada para o civil. Muitos policiais percebem esta influência no seu serviço. No caso do cabo Michael, ele percebeu, em 2007, que a formação era grande influenciador no tratamento com o civil.

Já nos primeiros dias eu percebi que se confundia hierarquia e disciplina com abuso mesmo de poder. Pois a gente passava mais de seis horas em pé, no sol, com fome e com sede e dali já fiquei me questionando se aquilo ali, de fato, seria o curso de formação, ainda mais pra pessoas que tratam diretamente com a sociedade, né. Então, uma boa formação certamente reflete também no bom desempenho do trabalho. Então naquele momento eu percebi que a formação era diretamente proporcional a forma com que o policial trata, e, é..., tratava o civil lá fora¹⁸. (cabo Michael)

¹⁸ Entrevista fornecida em 03 de maio de 2018

O sargento Franco, que entrou no CFAP em 1988, também admite que o modo como o militar é tratado no quartel influencia no serviço e pode acarretar sérios problemas para o policial, logo fazendo referência ao curso de formação.

[...] é tratado de uma maneira..., até mesmo no curso de formação. Quando sai de lá isso reflete na nossa sociedade e isso vai trazer problema pro policial militar, né, pra própria instituição, que vai bater de frente com uma sociedade que tá aí, e acaba dizendo que o policial é violento, é arbitrário, né. Mas isso é reflexo, é reflexo de como você é tratado, você é tratado de bicho, é menosprezado, é pisado. Então quando você sai de lá você vai querer descontar aquilo ou passar aquela raiva, aquela frustração, aquela coisa pra alguém. E nesse caso, né, acaba refletindo¹⁹. (sargento Franco)

Este trecho da entrevista do sargento Franco revela que além de problemas para si o policial também traz problemas para a própria instituição. Poderia soar como uma incoerência, já que é a própria instituição quem cria a estrutura de pensamento que leva o militar a se sobrepor ao civil. Mas para fins oficiais, o adestramento militar exige métodos um tanto quanto rústicos para, não apenas disciplinar, mas condicionar o policial a resistir e suportar a momentos de tensão.

Mesmo com a “suavização” de algumas técnicas e a abolição de outras, como o “passo do ganso” onde os alunos deveriam entrar no CFAP agachados até chegarem ao pátio de formatura, o método ainda permanece em vigor. No entanto, essa suavização não é bem vista por alguns policiais veteranos. Para estes há uma desqualificação na formação do praça ao “pegar leve”, eles não estariam aptos ao serviço militar e suas singularidades. Na verdade, percebemos que para esses o que caracteriza o policial militar é também o medo que ele impõe no civil. Deve haver na postura do policial e no seu trato com o civil algo que produza respeito e até mesmo medo.

Comumente ao falar com os recrutas os veteranos contam as aventuras de ocorrência e de como tudo se resolvia na base da violência. Para estes policiais, esse era um bom tempo, “o tempo que policial era respeitado”. Vemos nessas frases ecos de uma identidade que se manifesta na truculência e até na violência policial militar.

O sargento da reserva Marcelo, aluno em 1984, falando sobre seu curso, parece denotar superioridade com relação aos cursos de formações mais atuais.

¹⁹ Entrevista fornecida em 28 de abril de 2018

Antigamente o negócio era mais duro, mais sugado²⁰, a pessoa ralava²¹ mais. Agora não, a pessoa vai pra lá [CFAP], passa três meses, a maioria trabalha, mas só sai pra rua só pra ter a experiencia de trabalhar na rua, né não? Por que lá dentro é só mesmo pra administrar as aulas²². (sargento da reserva Marcelo)

O rigor do curso é um qualificador dos atributos do militar que dele participa, quanto mais difícil for o curso tanto mais honrosa será a formação.

Observamos, porém, que alguns entrevistados procuraram esconder informações referentes ao tratamento a que eram submetidos. Falar que o curso era mais rígido que os atuais, em suas visões, engrandeciam suas posições como militares, mas quando questionávamos sobre o que tornava o curso rígido ou como eram tratados eles concediam respostas rasas, procurando findar o assunto.

Alguns dos poucos detalhes nos foram concedidos pelo sargento Marcos, aluno em 1994, que conta sobre um “rala noturno” que foi imposto por um tenente no CFSD.

No meu curso ainda, era muito rigoroso, ainda foi muito rigoroso ainda. Inclusive eu quero te dizer que eu passei um pernoite, passei um pernoite de rala mesmo que no outro dia em pensei que eu tinha pegado até uma pneumonia. De não poder, assim, me firmar em pé, meu corpo tava mesmo, tipo esgotamento físico. [...] Então, por isso, hoje as pessoas hoje que eu vejo, não passam mais por isso, eles não têm passado por isso. Então, hoje um curso policial militar é totalmente diferente do que era antigamente²³. (sargento Marcos)

O sargento Marcos não nos furtou a resposta sobre o momento de maior dificuldade que ele passou dentro do CFAP. Mas diferente de outros entrevistados o sargento Marcos nos revelou um conflito interno de aceitação do ser policial militar. Quando lhe perguntamos se houve um choque quando na sua passagem do mundo civil para o militar ele respondera que não, mas em seguida mostrou que houve um processo de aceitação.

Hoje, hoje eu já me aceito como policial militar. [...] Acho que passou uns dez anos, por que eu, assim, procurei emprego pra mim me estabilizar pra mim poder dar um conforto melhor pra minha família, né. Então eu vou te dizer que eu não sou aquele [militar] de sangue, aquele de sangue – tinha na minha mente ser policial militar. Não. Eu almejava um trabalho pra mim me estabilizar pra dar um conforto melhor pra família, como eu já falei, e por isso é que hoje eu me aceito, assim, por que de primeiro, né, assim, eu pra mim sair daqui eu vou procurar outro trabalho. Hoje eu já me aceito porque eu me conformo com o que eu sou e sempre fiz meu trabalho, nem

²⁰ abusar do esforço físico; exagerar em atividades físicas; fadigar a tropa ou o militar.

²¹ esforçar-se ao máximo para o cumprimento de uma tarefa ou treinamento.

²² Entrevista fornecida em 10 de maio de 2018

²³ Entrevista fornecida em 08 de maio de 2018

por causa disso eu deixei de ser um “mal” [bom] profissional. Eu sempre fiz o meu serviço da melhor maneira possível tentando agradar a comunidade. (sargento Marcos)

Para ele, ou pelo menos assim dá a entender, o CFAP não foi o lugar que definiu sua identidade, mas houve um processo de aceitação que, segundo o mesmo, durou cerca de dez anos. O sargento Marcos pode ser visto como um representante de um grupo de indivíduos que resistem à socialização militar por muito tempo depois de passar pelo CFAP. Logo depois de dizer que demorou para se aceitar como policial o sargento Marcos justifica que isso nunca atrapalhou ou comprometeu seu trabalho. Acreditamos, porém, que ainda que ele faça essa leitura de seu desempenho ao longo do processo de aceitação aqueles que não tardaram a aceitar-se como policiais devem tê-lo visto com outros olhos, bem como ao seu trabalho desempenhado da corporação. Assim pensamos porque existem requisitos que compõem um “bom policial militar” na visão dos praças. Essa visão é diferente da visão dos oficiais.

Para os praças um bom policial deve ser “desenrolado”, “safo”, em outras palavras ele deve ser esperto, consegue resolver todos os problemas e ocorrências de forma sutil – e isso não exclui a prática de ilegalidades no decorrer do processo. Para o bom policial o que importa são os fins na resolução de problemas e não necessariamente os meios. Ele também sempre tenta levar vantagem sobre os outros, principalmente os civis, o bom policial da visão dos praças é o que Silva chamou de praça velho.

Grosso modo, o praça velho é o policial que atingiu um alto grau de conhecimento prático, tanto no trato com os superiores hierárquicos como no seu relacionamento com a sociedade mais ampla. [...] O termo praça velho denota não só antiguidade de tempo de serviço como demarcador social dentro da instituição, mas também uma esperteza policial, ou seja, o praça velho é aquele que possui a capacidade de safar-se de situações desfavoráveis à sua pessoa sem muita dificuldade. [...] acreditamos ser o praça velho o tipo exemplar, o “modelo mais puro”, de policial que vínhamos construindo, ou seja, aquele indivíduo que ao ser socializado numa instituição militar acaba internalizando seus valores, principalmente a hierarquia, a ponto de conceber os civis como paisanos folgados... (SILVA, 2002, p. 37)

Um outro fator que diferencia o sargento Marcos do modelo de praça velho é o fato de que ele faz parte do corpo administrativo de sua unidade militar. Acreditamos que por ele estar mais próximo do grupo dirigente que a maioria dos outros praças acaba por compartilhar de valores próximos aos deste grupo, que são internalizados e legítimos ou apenas uma fachada para a proteção de seu lugar de prestígio. Estar próximo da classe

dirigente possibilita e torna mais fácil a obtenção de algumas vantagens. Em contrapartida, não usufrui da “superioridade” que o praça que trabalha na rua tem sobre os civis. Acreditamos que por não internalizar os valores militares, pelo menos como o “praça velho”, este tipo de praça não procura o status social de militar, ele não expressa o caráter beligerante típico dos militares, seus atributos tendem mais para o de um funcionário comum.

O CFAP se torna um lugar de memórias controversas, para alguns é um lugar de sofrimento, de humilhação, onde o indivíduo não é visto como tal, mas como “um bicho, um mocosinho, bisonho, ser sem luz²⁴”. Porém pode ser também um lugar de orgulho, onde o indivíduo ascende para um novo patamar, onde conhece pessoas que serão seus camaradas por toda a vida, onde é instruído e preparado para sobreviver a uma nova realidade.

A expressão “CFAP querido” representa muito bem essa dicotomia de pensamentos sobre o lugar. O CFAP pode ser querido por representar os princípios que constroem a nova identidade do indivíduo, onde é imprimido o valor policial militar e o garbo de fazer parte da corporação. O indivíduo passa a ser coparticipante dos princípios que o CFAP representa, para ele é um “solo sagrado”, um “santuário”.

Mas o CFAP também pode ser tão querido quanto um calo no pé, e aí todas as expressões como “solo sagrado”, “santuário” não passam de instrumentos de zombaria e jocosidade. Analisando a pesquisa desenvolvida por Silva em seu estudo sobre o Praça Velho, notamos que suas entrevistas eram voltadas para os alunos de formação do curso de soldado da PM de Goiás. As impressões que se dava para o curso eram negativas. Vejamos um fragmento de uma dessas entrevistas.

Até ontem, eu tinha orgulho, sabe! Eu, até ontem, eu trabalhava por lealdade, tinha orgulho e defendia a Polícia Militar do Estado de Goiás acima de tudo. Ontem, quando eu vi a boçalidade desses cadetes, quando eu vi cadetes dando tiros de fuzil no meio de nós, quando eu vi tudo aquilo desnecessário. A gente preocupado, ainda, pensando que alguém tinha sido ferido com um tiro em algum lugar! Ontem eu descobri que a Academia de Polícia é um jardim de infância de filho de coronel e que nós, alunos soldados, somos jogados aqui para servir de brinquedinho, só isso! Cadetes esses que vão, amanhã, comandar a Polícia Militar, quer dizer, estamos cheios de problemas lá fora, tem gente morrendo, tem carro sendo roubado, tem gente sendo sequestrado... e estamos direcionados a isto aqui, a essa boçalidade. (Aluno Soldado Tiago). (SILVA, 2002, p. 67)

²⁴ Todos esses são nomes dados aos alunos quando no CFAP. São alusões a desleixado, imbecil, essas são referências à condição do aluno como civil.

Essas são memórias recentes à situação, as palavras do cabo Michael harmonizam, de certa forma, com esta entrevista. As memórias do sargento Marcos também são parecidas. Todos eles lembram das impressões negativas que tiveram do CFAP, para eles, ainda que não neguem a importância da PMMA nas suas vidas ainda assim conseguem lembrar alguns traumas do curso. Em contrapartida, outras respostas apresentaram pontos de vistas que legitimavam os ralas do CFAP como necessários a formação enquanto outras não demonstravam qualquer relevância aos ralas.

A exemplo temos o subtenente da reserva Naldo, que ao comentar sua entrada no CFAP disse não ter sentido tanta diferença, pois sua vida antes da PMMA era até mais difícil.

Minha vida anterior à vida militar eu trabalhei quase tudo... A vida civil que eu levei foi muito inferior a vida militar. Mesmo com todas as dificuldades que na época existia, né... pra mim, eu não senti tanta diferença, porque o que eu passei anterior foi pior do que a vida militar²⁵.

O sargento da reserva Marcelo acompanha esse mesmo raciocínio. Quando perguntado sobre momentos de difíceis no CFAP, ele diz ter ficado detido algumas vezes e justifica o por quê das detenções, mas quando perguntado se estes momentos o haviam frustrado de alguma forma ou se ele havia achado injusto ele justifica dizendo que fazia parte.

Eu fiquei umas duas vezes lá, detido, mas por causa de indisciplina. Porque eles mandavam eu fazer uma coisa, assim, que eu achava que era impossível, né. Aí eu dizia que não ia fazer. Eles mandavam eu fazer um mandado, assim, fazer tal coisa assim, mandado! Aí eu achava que não devia fazer aquilo, aí eu dizia que não ia fazer, não ia, pronto! Aí, indisciplina! Aí a pessoa ficava punido lá, ficava detido. Eu também chegava atrasado no horário, porque sempre eles dão o prazo de um minuto a pessoa. “Faz isso, faz isso!”. Chegou atrasado, uma pernoita e tal final de semana. Acontece isso. (sargento da reserva Marcelo)

Questionado se ficou sentido sobre a punição responde:

Não, não. Ficava lá normal. Sempre fui uma pessoa que sempre fiz minhas coisas, mas, assim, o que eu dizia, o que eu dizia não, o que eu digo – porque eu sempre fui assim ranzinza e continuo sendo ainda. Eu aqui mesmo, aqui o que eu digo é isso e é isso, pronto, eu não abro mão não. (sargento da reserva Marcelo)

Destacamos estas falas porque vemos que a incorporação dos princípios que irão formar o caráter do policial militar não necessariamente é imediata ao curso de formação.

²⁵ Entrevista fornecida em 04 de maio de 2018

Pode haver um processo que durará anos, como vemos no exemplo do sargento Marcos, por não haver outra opção a mão, o indivíduo acaba se conformando com sua situação e passa, assim, a “se aceitar como policial”.

Outro ponto é que, quando o indivíduo internaliza os princípios militares e aceita sua identidade, terá nas suas memórias do CFAP não momentos puramente negativos e sem propósito, mas perceberá esses momentos como necessários para sua formação, ou selecionará apenas momentos “bons” e descartará os “ruins”. Os alunos que assimilam rapidamente os princípios militares sofrem menos, aqueles que resistem ao adestramento padecem mais, e como Foucault diz

punição disciplinar é, pelo menos por uma boa parte, isomorfa à própria obrigação; ela é menos a vingança da lei ultrajada que sua repetição, sua insistência redobrada. De modo que o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento; é diretamente obtido pela mecânica de um castigo. Castigar é exercitar. (FOUCAULT, 1987, p. 204)

O objetivo final da punição disciplinar é mudar a mente do apenado. É não apenas revelar o erro, mas convencê-lo de que seu erro é um vício que traz prejuízos a si e aos outros companheiros. A desmoralização em público é para que o indivíduo se padronize com os demais. “Ei aluno, essa tua calça amassada aí, tu achas que está certo? Todos os teus colegas com a calça passada e só você está certo, é?”. Na próxima formatura esse aluno seria o primeiro da tropa a passar pela revista e deveria estar com a calça impecável. Chegou atrasado? Cinco voltas ao redor do CFAP. Dormiu no momento da instrução? Será convidado para um pernoite com vigia no quartel. A punição não é um fim em si mesma, ela visa a disciplina do corpo e da mente. No CFAP ela tem o propósito de quebrantar aqueles que resistem à padronização, por conseguinte, aqueles que se padronizam assimilam mais facilmente os princípios militares. Hierarquia e disciplina é a tonante da doutrina no CFAP. Pouca instrução sobre direito penal, direito penal militar, direitos humanos, primeiros socorros, defesa pessoal, tiro defensivo, e tudo o quanto a sociedade em geral pensa serem os alunos exímios conhecedores.

Tinha aquela parte em que você estudava, fazíamos técnicas policial militar de abordagem, revista pessoal, tivemos essa parte, mas poderíamos ter muito mais, né. Tivemos bem pouco noções de direito e por isso que a gente vê que policial, muita das vezes, é envolvido ocorrência e depois se vê diante da justiça, todo enrolado, porque não tem essa acessória, não tem esse lado do profissionalismo, de se sentir é... seguro, tendo né, da parte da

instituição um apoio necessário. Então eu vejo assim, com o tempo em que eu me formei. (Sargento Franco)

Essa situação de que fala o sargento Franco é confirmada também pelo cabo Michael²⁶, a formação do policial militar do Maranhão no CFAP é menos voltada para uma capacitação profissional que reflita positivamente na sociedade do que para a simples assimilação de princípios militares que visam unicamente a subserviência do comandado ao comandante. O resultado é desastroso tanto para o militar quanto para a sociedade.

Enfim, vemos o CFAP, lugar de formação dos praças da PMMA, como um lugar que causa divisão entre os discursos daqueles que por ele passaram. Isso é resultado das impressões que cada um tem da realidade que a rotina deste quartel escola impõe. O CFAP é o micromodelo da PMMA, onde os princípios militares são impostos aos alunos (o grupo dirigido) pelos oficiais (grupo dirigente). Apesar da rígida rotina, que visa fragilizar a identidade do aluno que ingressa e por fim a absorção dos princípios militares para a construção de uma nova identidade, a aceitação do ser policial militar pode não ser um processo de efeitos imediatos, ou mesmo podem não se consolidar em mesmas proporções.

O CFAP pode não ser o lugar onde se aprende a ser policial, pois muitos policiais militares dirão que se aprende a ser polícia é na rua. Ele pode apenas lançar os fundamentos da nova identidade e a aceitação desta pode demorar algum tempo. Mas há uma função que cremos ser extremamente eficaz ao CFAP, que é a de criar a ruptura entre o mundo civil e o mundo militar. Das portas para dentro do CFAP, tudo é controlado e regrado, é uma instituição que inicia a vida militar de muitos, ao passar por ela as regras para se manter devem ser seguidas.

O CFAP é uma experiência inesquecível (para o bem ou para o mal), é como passar por um espinheiro – é impossível sair sem pelo menos um arranhão. A receptividade ou não dos fundamentos determinará as honras e os traumas que cada um carregará por toda vida.

3.2 Análises dos discursos: estruturas e tipos

Até aqui nos aventuramos a descrever aspectos que são comuns a instituição, e que, de certa forma, não são negados por seus agentes. Na visão que construímos do CFAP fica claro que o propósito é inculcar nos alunos, por meio de sofrimento mental e físico, a aceitação dos princípios elementares da PMMA. A prioridade deste lugar é impressionar as mentes

²⁶ Ver trecho de entrevista da referência 14

para que a partir da visão diferenciada de mundo que é construída e oferecida o indivíduo possa sentir-se não mais como um civil, mas como um militar. Também é função, e apesar de posta em segundo plano não é menos importante, submeter o indivíduo às autoridades constituídas principalmente aquelas que compõem a cadeia de comando da PMMA. Para muitos policiais militares o CFAP é o lugar onde se aprende a ter medo da classe dirigente, e as bases desse medo se apresentam ao grupo dos dirigidos sob o aspecto da legalidade.

A hierarquia e a disciplina são princípios inegociáveis, o modo como se manifestam pode mudar com o passar do tempo, mas sua existência tem caráter permanente. Na visão de alguns policiais militares esses princípios tomaram formas menos agressivas com o passar dos anos. Vejamos, pois, o que fala o sargento Walisson quando perguntado sobre a mudança destes princípios de seu tempo para hoje.

Era diferente. Era muito mais rígido, muito. Hoje não, hoje já tem o *feedback* melhor, né. Aproximação de oficiais, de sargento. Antigamente a gente não ficava próximo de sargento... tudo separado, tudo separado. Alojamento de oficial, de soldado era de soldado, de oficial, de sargento era de sargento, e assim não tinha aquela aproximação. Sempre era distante, sempre distante. Agora, hoje não, hoje melhorou de mais. Hoje já tem um entendimento, conversa, oficial já com a gente, conversa, vai. E antigamente não era nada disso²⁷. (sargento Walisson)

O sargento Marcos compartilha de uma opinião similar, mas com algumas ressalvas.

De dois mil pra cá mudou muito a hierarquia caiu muito, a disciplina não, a disciplina continua, mas a hierarquia cai muito. A cadeia hierárquica que tinha antigamente você pra falar... porque hoje você não vê. Se tu quiser hoje, a pessoa que entra hoje se quiser falar com o Comandante Geral ele vai fala e pronto, de primeiro não, eu tinha que falar com o comandante da minha companhia, a qual exercia dentro do meu batalhão. Do meu comandante de companhia eu ia falar com o comandante dele, pra saber se eu ia, podia ou não falar com o Comandante Geral. Hoje em dia não, você vai direto, quer dizer, isso tem quebrado, né, a cadeia hierárquica tem quebrado. A disciplina não, ainda continua porque o RDE nunca mudou, é o mesmo ainda... (sargento Marcos)

De acordo com a resposta dos dois sargentos, a convivência entre os policiais militares dentro da PMMA tem ficado mais fácil devido a flexibilidade dos círculos hierárquicos. Pelas regras do Estatuto dos Policiais Militares os praças e os oficiais têm círculos de convivência, onde cada círculo delimita o lugar de cada um de acordo com seu grau hierárquico. Ambos os sargentos dizem que esses círculos de convivência têm se

²⁷ Entrevista fornecida em 08 de maio de 2018

ampliado com o tempo, permitindo a convivência de praças e oficiais. O sargento Marcos porem diz que a disciplina permanece, pois, o RDE ainda é o mesmo. Quanto a facilidade de quebra de cadeia de comando que ele fala cremos não ser tão fácil assim o acesso a ambientes do alto escalão da PMMA. Como o mesmo falou, a disciplina permanece e a quebra da cadeia de comando é uma afronta grave passível de detenção. Acreditamos que essa visão fácil de acesso a certos locais do alto comando tenha a ver com o serviço burocrático que o sargento executa no quartel, o que, de alguma forma, lhe facilita o acesso.

Apesar da percepção sobre a hierarquia e a disciplina terem mudado a sua legitimidade se mantém intacta. E é assim não apenas no plano do direto, mas os próprios policias militares as veem como indispensáveis para a manutenção da ordem dentro e fora do quartel. Apesar dos praças, como comandados, carregarem na maioria das vezes todo o ônus que resulta desses fundamentos, eles ainda os concebem como necessários no serviço. Uma fala que resume bem o pensamento de alguns praças sobre esse tema é a do sargento Franco, ele faz uma densa descrição das mazelas que caem sobre os praças, e do ponto de vista regulamentar poderia ser visto como uma transgressão disciplinar, mas ao fim mostra o quanto estes princípios são essenciais ao serviço.

A hierarquia e disciplina no militarismo ela é a espinha dorsal. A espinha dorsal do sistema militar. Você tem a hierarquia e a disciplina, em que você tem uma cadeia de comando que você não pode cobrar, você não pode quebrar ela, você tem que seguir a cadeia de comando... Na nossa época era uma coisa assim muito cobrada, você passava por superior tinha que prestar continência, se você não fizesse você era até recolhido, né, você era detido. E a transgressão disciplinar tá no RDE, a continência é o bom dia do militar. Então isso fica incutido, ela é enraizada na nossa mente. Então você tem que ter uma disciplina consciente, né... No meu tempo não tinha espaço pra questionamento... Quando a gente levantava um questionamento diziam: “Você tá sendo muito ponderador, você pondera demais”. E se você não se adequasse ao sistema você ia sofrer. A hierarquia e a disciplina é algo que o militar ele prima muito por isso ele não vai abrir mão... Então, um oficial, ele se impõe... antigamente, através da hierarquia e disciplina nos se sentíamos como se fossemos empregados dos oficiais, né, o superior. Que nós éramos empregados deles e, no caso, nós estamos numa instituição governamental e somos funcionários públicos. Então nos acostumamos a obedecer, tipo aquele burro de carroça com uma placa na cara que não pode olhar de lado, só pra frente... Essa é uma parte que muitas das vezes eu vejo, que o policial militar se ele não se adequar ele não fica na instituição. Mas eu vejo também que é essencial para um bom andamento do serviço. (sargento Franco)

O sargento Franco descreve suas impressões sobre a hierarquia e a disciplina quando recém formado no curso de soldado, final da década de 80. Na primeira parte de seu

relado ele fala de como se sentia diante dos desmandos dos oficiais da PMMA, o rigor disciplinar parecia ser extrapolado tomando a forma de abusos morais. Mais isso estava previsto no regulamento (o sargento deve fazer referência ao RDE de 1984), onde dizia que o subordinado não poderia questionar o superior hierárquico. Para ele, a hierarquia e a disciplina eram usadas pelos oficiais para controlá-los e tratá-los como empregados, o que para ele, em sua atual visão, era errado pois eles são funcionários públicos. Por fim ele conclui que o policial que não se adequa não permanece na instituição. A adequação para ele é necessária para evitar sofrimentos. Apesar de toda uma descrição negativa sobre os princípios militares e de como são usados para submeter os subordinados à vontade particular dos superiores hierárquicos, o sargento Franco finaliza dizendo que estes mesmos princípios são essenciais para que o serviço seja executado. Assim, podemos entender que mesmo discordando de práticas que, para ele, são ilegítimas o sargento Franco pensa que existe um modo de se aplicar a hierarquia e a disciplina que não resulte, necessariamente, em práticas abusivas, afinal os militares não são “empregados” dos oficiais, mas sim funcionários públicos.

3.2.1 Estruturas

Uma visão externa e desinteressada da PMMA nos levaria a crer ser ela mais um órgão público regido por seus próprios regulamentos e diferenciando-se dos demais por exercer um poder que se revela, muitas vezes de forma constrangedora, mediante o uso ostensivo e coercitivo da força. Sempre diferenciada por um rígido poder disciplinar que procura manifestar-se nos corpos e mentes de seus agentes e pela rígida cadeia hierárquica, a PMMA parece grassar na sociedade por sua rígida estrutura burocrática e pelos excessos que seus agentes comentem.

Tentando voltar nosso olhar para dentro da PMMA e tendo em vista que há ações que não parecem refletir o discurso oficial, como o heroísmo que emana da responsabilidade de manter a ordem social, ou a distinção que os princípios de hierarquia e disciplina impõem ao policias militares. Mesmo não sendo oficialmente o grupo representativo da PMMA, mas sendo o grupo dos comandados maior em número, os praças manifestam discursos diferentes que são a representação de realidades percebidas dentro da corporação.

Para tornar compreensível as realidades representadas nos discursos faremos uso de dois conceitos consagrados nos estudos sociais sobre o Brasil, quais sejam, o “homem

cordial” de Sérgio Buarque de Holanda e o rito “você sabe com quem está falando?” de Roberto DaMatta.

O policial militar é gestado no seio da sociedade e tem sua função de serviço próxima a ela. Logo não nos parece possível que ele seja isolado de forma absoluta dela. Goffman diz que:

Aparentemente, as instituições totais não substituem algo já formado pela sua cultura específica; estamos diante de algo mais limitado do que acumulação ou assimilação. Se ocorre mudança cultural, talvez se refira ao afastamento de algumas oportunidades de comportamento e ao fracasso para acompanhar mudanças sociais recentes no mundo externo. (GOFFMAN, 1974, p. 23)

Compreendemos a posição de Goffman, mas acreditamos que por carregar consigo valores que se pretendem mais elevados que os do mundo de “fora”, as instituições militares pretendem sim no adestramento a assimilação desses valores. Mas o que realmente importa é que no caso específico da PMMA, percebe-se que vigora uma mescla de “culturas”, tanto aquela que é imposta no CFAP, ditada pela hierarquia e disciplina, quanto as que destacou Holanda (1995) e DaMatta (1997).

Notamos características bem próximas entre elas e a PMMA, e são baseadas exatamente sob o que deveria dar-lhe o tom burocrático. A hierarquia e a disciplina podem soar rígidas e determinantes para que a corporação tenha aspectos de uma instituição moderna, mas elas tomam uma forma mais “doméstica” e acarreta em consequências contraditórias àquelas que deveria provocar.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 1995, p. 141)

Como uma instituição do Estado a PMMA deve ter em todas as suas ações o caráter público, suas atividades devem ter como finalidade aquelas que lhe foram atribuídas na Constituição, manter a ordem pública mediante o policiamento ostensivo e preventivo. Como uma instituição do Estado a PMMA não pode estar sujeita a vontades individuais, o grupo que a dirige não pode tê-la como sua propriedade ou como que estando sob sua tutela, e o grupo dirigido não pode vê-la como uma “segunda casa”, ou ainda terem a si como filhos tutelados pela equipe dirigente. A análise dos discursos, no entanto, nos revela exatamente esse quadro se reproduzindo pelos corredores dos quartéis.

O que antes desenhámos como uma instituição extremamente rígida, agora parece tomar aspectos fraternos e amorosos, bem como Holanda fala sobre o trato daquilo que é público. Mas o que é mais notório neste trato é que são exactamente os princípios elementares da PMMA que se traduzem desta maneira. Uma adequação que molda o severo em suave para tornar o convívio suportável. Uma adaptação que deforma a burocracia legal e a mescla com o patrimonialismo brasileiro.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. (HOLANDA, 1995, p. 145-146)

Para muitos polícias militares a PMMA é um prolongamento de sua casa, é um lugar que lhe é confortável, verdadeiramente muitos polícias passam mais tempo em serviço do que em suas casas. Nos quartéis eles trabalham, almoçam, dormem (para aqueles que são responsáveis pela guarda dos quartéis e devem passar todo o dia no serviço, existe um momento de descanso logo após o momento da vigília da guarda), se relacionam com seus pares e subordinados. Para esse mesmo policial a PMMA pode ser vista como uma mãe. Por meio dela ele provê seu alimento e o de sua família, ela lhe ensina valores que serão levados por toda vida, e ainda proporciona alguns privilégios que a maioria dos cidadãos não possuem.

O policial militar patrimonialista vê vantagens estando na PMMA, para ele compensa estar sob um regime diferente, ele consegue “burlar” alguns empecilhos legais que lhe são estranhos, pois não apresentam a familiaridade e permissividade que ele tanto aprecia.

O sentimento de pertencer à “família da PMMA” lança seus fundamentos exactamente nas mais íntimas lembranças e é nelas que encontra guarida para justificar o trato patrimonial com a PMMA. Vejamos a fala do sargento da reserva Marcelo quando perguntado sobre sua adaptação a hierarquia e a disciplina na PMMA.

Não tive dificuldade não, porque eu sempre fui uma pessoa criada assim, no limite, das famílias que controla as pessoas. Quando eu cheguei lá,

praticamente é uma... é tipo uma família. Pai e mãe é que é os oficiais, mas o respeito é o mesmo que já tinha. (sargento da reserva Marcelo)

Para o subtenente da reserva Naldo a hierarquia e a disciplina vêm de casa e a falta deles causa bagunça.

Eu cheguei a presenciar algumas...num passado muito distante alguns tratamentos “grosseiro”, que na época que a gente não podia tanto recorrer judicialmente, hoje em dia é bem maleável. Mas eu te digo com certeza, eu ainda concordo com a hierarquia e disciplina. Por quê? Trazendo “pro” nosso dia-a-dia dentro duma casa se não houver essa hierarquia e essa disciplina né, tudo corre mais frouxo. Hoje, você pode observar, tudo está ocorrendo ao contrário por causa dessa hierarquia e dessa disciplina que não há na casa. Então a instituição Polícia Militar, a instituição militar, ela ainda se baseia ainda na hierarquia e disciplina. (subtenente da reserva Naldo)

É muito comum aos policiais militares, ao legitimarem a hierarquia e a disciplina da PMMA, relacionarem-nas com princípios familiares. A pretensa facilidade de se adequar na corporação ou a justificativa de existência desses princípios vem da instituição familiar.

Mas como pode ser? Não é a PMMA permeada de ações que podem ser interpretadas como abuso da parte de superiores para com subordinados? Ela não é regulamentada por rígidas normas de conduta que podem gerar penalidades severas aos seus agentes? Como uma instituição pública tão singular como a PMMA pode ser apresentada por seus policiais militares como algo tão emocionalmente afetivo como a família?

Ela pode iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mimica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: e a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.

Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo. (HOLANDA, 1995, p. 147)

A cordialidade “é a forma natural e viva que se converteu em fórmula” (HOLANDA, 1995, p. 147). Não há genuinidade na cordialidade que o indivíduo brasileiro apresenta ao mundo, é muito mais uma capa protetora para sua existência. A cordialidade é, pois, uma resistência à impessoalidade que deveria vigorar nas instituições, é a sobrepujança

das vontades particulares sobre a vontade da coletividade, ou melhor dizendo, sobre a vontade da lei.

Temos então duas representações para a cordialidade na PMMA, uma é a apresentada pelo grupo dirigente que mostram a si mesmos como tutores da corporação e do grupo dos comandados. Ser um comandante é participar da elite da PMMA, é ser hierarquicamente superior a milhares de indivíduos dentro da corporação e ser superior a muitos outros fora dela. A expressão máxima do poder do comandante é punir, e isso pode ocorrer por motivos que sejam considerados ínfimos. Para a oficialidade, para comandar é preciso ser um líder, isso se traduzirá numa vivência desconfortável com os comandados.

A hierarquia e disciplina não tomam aspectos burocratizantes e nem parecem ser inerentes ao cargo, mas consagram-se por desmandos e autoritarismo como sendo próprios do indivíduo e, mais do que burocráticos, como morais e universais. Os oficiais se representam em distinção aos praças, como sendo os responsáveis não apenas pela organização burocrática da instituição, mas por comandar pessoas. A cordialidade referente a oficialidade, devido a sua condição de mando, estaria melhor representada por ver nos praças não somente funcionários públicos hierarquicamente submetidos, mas pessoas que podem servir às suas necessidades individuais por serem comandados. Uma fala do sargento Franco resume bem alguns aspectos dessa realidade.

Basicamente a gente via nossos colegas submetendo-se a fazer algo que hoje a gente pode considerar desvio de função, né... Eles tiravam, levavam, botavam na porta de casa, levavam menino pra colégio, dava banho no cachorro, isso e aquilo outro. Ou então servia de motorista particular, né. A gente sentia muito mais na pele como tropa quando dizia que ia ter um aumento de salário, tinha um acocho na escala de serviço horrível. Como se o dinheiro saísse do bolso do oficial, e não é ele quem paga nosso salário... “você tem que fazer jus a dinheiro que você tá recebendo” e aí ele cobrava como se fosse o empregador e na verdade também é um empregado. E aí chegou a máxima de que a Polícia Militar é dos oficiais, o praça é um mero ator coadjuvante, nunca vai ser um ator principal.
(sargento Franco)

Através dessa fala notamos que a oficialidade da PMMA procura posicionar-se como, pelo menos, intermediadores das forças do Governo e a tropa. Mas a partir dessa mesma fala podemos ver também em que consiste a ritualização da cordialidade dos praças, que coincide com a da oficialidade, que seria a de procurar estar próximo ao grupo dirigente da instituição. O sargento Franco procura nos apresentar um quadro em que o praça é forçosamente posto à disposição das vontades e particularidades do oficial. De modo algum

negamos que isso aconteça, mas vemos, porém, que a aceitação completa da fala, pelo menos atualmente, resultaria em parte à realidade.

Assim como Holanda falou, a cordialidade é uma adequação da sociedade ao indivíduo, uma maneira deste se preservar em relação à insegurança da modernidade. O praça procurará uma aproximação com o oficial exatamente para tornar esse o seu tutor e protetor dentro da corporação. Mas proteger de que? Protegê-lo da frieza dos trâmites documentais, o oficial torna-se seu guardião ele passa a ser o “peixe” do oficial. Como “peixe” ele não está sujeito aos trâmites burocráticos como os outros, ele goza de um tratamento incomum não por seu grau hierárquico, mas por carregar o nome do “seu senhor” e também suas insígnias e valores.

A cordialidade do praça se adequa à do oficial, e ambos constroem uma estrutura viciosa dentro da PMMA. Silva (2002) destaca que existe uma divisão na PM que é entre os oficiais e os praças. No caso da PMMA conseguimos ver pelo menos mais uma divisão, que é dentro do grupo dos praças, qual seja: os “peixes” e os que não são peixes.

Acreditamos que a divisão que Silva faz é primordial para compreender a segunda, mas percebemos que essa segunda divisão é geradora de uma cisma que procura desestruturar toda e qualquer tipo de mobilização por parte dos praças. De modo algum pensamos ser coincidência, muito pelo contrário, pois o apadrinhamento é algo incentivado pelos oficiais e procurado pelos praças. Um policial que diz procurar fazer apenas seu serviço, que mantém relações apenas relacionadas ao cargo com os oficiais é visto como um tolo. O melhor que se pode fazer na PMMA é “procurar seu lugar ao sol”, e esse lugar seria a serviço de um oficial, de preferência, do alto escalão. Trabalhar em um gabinete, como motorista de um coronel, ou auxiliar administrativo é o que muitos policiais militares procuram. Quem consegue tal feito raramente é visto em operações ou dentro de viaturas em policiamento, isso porque existem trabalhos bons e ruins na PMMA, e seguindo a tradição cordial e maquiavélica, “para os amigos os favores, para o resto a lei”. Ressaltamos ainda que este mesmo cordialismo é usado fora da instituição.

Seguindo a mesma razão de estar próximo ao grupo dirigente para obter privilégios mediante o apadrinhamento, os policiais também procuram padrinhos fora da corporação que lhes possam prover facilidades do lado de fora da caserna, se puder facilitar dentro da caserna, melhor ainda, esse seria o padrinho ideal. E não é de se estranhar que o próprio

oficialato pratique este tipo de cordialidade, pois para chegarem aos mais altos cargos dentro da corporação e mesmo para chegar ao mais alto posto da hierarquia da polícia militar, coronel, não há outro meio mais efetivo que não seja a indicação por alguém de grande influência diante do Governo do Estado. Assim, temos na PMMA um sistema de vassalagem que atravessa toda estrutura hierárquica, indo do mais moderno soldado ao mais antigo coronel. Todos sendo servos de alguém, até que a influência da PMMA esteja nas mãos e a serviço de particulares. Claro que isso não é nenhuma novidade, mas pensando essas relações do ponto de vista da lei esse tipo de comportamento causa estranheza e chega a escandalizar.

Adjacente ao cordialismo de Holanda está o ritual “você sabe com quem está falando?”, que é uma outra face do “homem cordial”. Silva (2002) trabalhou primorosamente este conceito quando demonstrou que ele é usado sistematicamente no trato do policial militar com o cidadão. As bases para tese estão em DaMatta e sua ideia de sistema dual brasileiro.

Na percepção de DaMatta a sociedade brasileira situa-se a meio termo entre uma sociedade altamente moderna, burocratizada e com leis universais e impessoais, como os Estados Unidos, e outra totalmente hierarquizada, onde cada um sabe o seu lugar, como na Índia. DaMatta concebe o Brasil como uma sociedade dual que comporta, de um lado, um conjunto de relações pessoais e, de outro, um sistema moderno, inspirado e modelado pela ideologia liberal-burguesa. (SILVA, 2002, p. 44)

E ainda:

Vemos assim uma complexa relação se travando no cotidiano das pessoas. Para DaMatta, no mercado e na rua somos tratados como indivíduos, em casa como pessoas. Porém, poucos no Brasil querem ser tratados como indivíduos, antes, a maioria procura receber um tratamento especial. Admiramos as leis gerais e as regras impessoais, porém fazemos o que podemos para receber um tratamento distintivo. Evocamos o nome do parente famoso, do tio deputado, a fim de não sermos enquadrados e tratados como massa, como indivíduos. Há um choque constante dos valores democráticos com nossa estrutura social hierarquizada. (SILVA, 2002, p. 45)

Aplicados esse conceito à condição dos policiais militares em relação à sociedade o resultado é o sentimento de superioridade dos primeiros em relação aos segundos. Mas Silva diz que dentro da caserna é mais difícil de acontecer, uma vez que cada um sabe seu lugar dentro da hierarquia e a disciplina restringe ainda mais qualquer tipo de questionamento. Evidências cotidianas nos permitem um pensamento diferente do de Silva neste quesito, pois, já que nem todos os policiais militares internalizam da mesma forma os princípios de

hierarquia e disciplina, e uma vez que existe uma visão patrimonialista da instituição que fragmenta ainda mais a corporação e deixam os ânimos acirrados, levantam-se outras vozes que ousam questionar, não a hierarquia e a disciplina, mas o modo arbitrário com que são instrumentalizadas, esse são aqueles que não são “peixes”, não possuem padrinhos que os beneficiem.

DaMatta (1997) concede um exemplo que expressa muito bem o papel que o grau hierárquico tem nas instituições militares do Brasil.

Se o soldado chega antes do cabo, o cabo antes do sargento e o sargento antes do capitão, não há lei alguma capaz de alterar essa ordem. O oficial esperará a sua vez com a maior naturalidade, pois sabe que todos os cidadãos têm direitos iguais perante a Constituição dos Estados Unidos, e não será pelo fato de serem soldados que deixarão de ser cidadãos" (1957:81). As frases e expressões por mim grifadas objetivam revelar os pontos enfatizados pelo etnógrafo brasileiro acima de tudo e surpreso como qualquer um de nós com a naturalidade da espera e com o que qualquer oficial brasileiro tomaria como "quebra de hierarquia", já que soldados são soldados e oficiais são oficiais! Em outras palavras, somos muito mais substantivamente dominados pelos papéis que estamos desempenhando do que por uma identidade geral que nos envia às leis gerais a que temos de obedecer, característica dominante da identidade de cidadão, como bem acentua o escritor. (DAMATTA, 1997, p. 99)

Mas se o oficial de algum modo transgride a lei, ou por contrariá-la ou por desfigurá-la, de modo que venha a prejudicar o praça, este pode recorrer a autoridades superiores dentro e fora da PMMA para que seja mudada sua situação. A ação do praça, por mais legal que seja, poderá ser interpretada como uma afronta a autoridade do oficial que foi contrariado, pois não será visto como uma mera praxe burocrática, mas como um ofensa direta à pessoa do oficial. Para ele o praça parece não saber com quem falou, pois sua autoridade e competência foram contrariadas, o que fará o oficial para fazer o praça saber “com quem está falando”. Falas de entrevistados revelam que o superior poderá tirar seu posto de serviço e o colocar em outro, o pior possível, ou ainda o transferirá para outra cidade bem distante da família, dificultará seu acesso a férias, e outros benefícios que lhe são de direito, fará tudo que for legalmente possível – e não são poucas coisas - para persegui-lo. Assim ele fara o praça saber, sem precisar verbalizar, com quem ele está falando.

Obviamente a verbalização é característica fundamental do rito “você sabe com quem está falando?”, mas o principio do ato da perseguição dentro do quartel é o mesmo que o do rito.

A PMMA se revela um lugar ideal para a prática de tal rito, a questão é que por ela estar ancorada na hierarquia e na disciplina, e mesmo por que muitos que a quem são direcionados o rito legitimarem-no por achá-lo normal, é difícil para quem observa de fora reconhecer o que seria normal ou abuso. Mas para se ter uma ideia basta presenciar um abuso de um militar a um civil, é o mesmo rito damattiano que lhe é imposto no quartel sendo reproduzido no seu serviço.

Creemos ainda ser o modus operandi militar desse ritual muito mais nocivo que o método convencional, pois está escondido na legalidade e não existe vergonha alguma por parte de quem o pratica, por isso para muitos policiais militares é melhor não questionar, “quem não é visto não é lembrado” essa também é uma das lições que o CFAP dá aos seus alunos. Este rito também pode ser utilizado pelos “peixes”, pois carregam o nome dos seus padrinhos, bem como suas insígnias, agravando ainda mais a cisão da corporação. Quando um sargento se vê em um posto inferior ao de um soldado que é “peixe” é como desqualificar sua competência e seus anos de serviço. Isso é bem comum na PMMA, que soldados possuam cargos que deveriam ser de sargentos, mas por serem mais próximos da oficialidade não desenvolvem as funções mais comuns aos policiais militares.

Isso nos levou a perceber uma outra divisão na PMMA além daquela entre oficiais e praças, que seria a divisão entre os policiais que trabalham no serviço burocrático e aqueles que trabalham no serviço operacional. O sargento Franco fala que esse são policiais apadrinhados e mesmo não fazendo serviços operacionais são primeiros a receber as promoções.

Tem praças... que trabalham o dia a dia no rádio patrulhamento, tá na rua né, no rádio patrulhamento, montado, motorizado, a pé mesmo. Esse policial tá lá atendendo a sociedade enquanto tem uns e outros que tão dentro dos quartéis né, fazendo serviço interno, esses são promovidos no tempo certo por que eles estão ali...não vão pra rua, não tem nenhum tipo de envolvimento e aí fica acobertado e aí quando sai pra trabalhar ele não quer se envolver com nada... Já vem aquele oficial que não escala ele num serviço, escala num outro que não vai trazer nenhum tipo de transtorno, e aí quando pensa que não, em vez de ser promovido A e B já vem outro, tira o que tá lá atrás e acaba passando na frente dos outros. (sargento Franco)

Esse tipo de distinção entre os praças traz consigo uma segregação entre esses dois tipos, os policiais burocratas procuram usar sua proximidade com o oficialato para beneficiarem-se, por estarem dentro da máquina burocrática todas as benéncias e facilidades

chegam primeiro para eles enquanto que para os operacionais é aplicada toda a frieza e morosidade da lei.

3.2.2 Tipos

Baseados nas estruturas de pensamento e discursos apresentados até aqui, bem como na internalização dos princípios de hierarquia e disciplina, podemos destacar três tipos de policiais militares²⁸: aquele que procura internalizar os princípios da hierarquia e disciplina, chamaremos esse de caxias; aquele que adota os princípios da PMMA, mas sob o aspecto patrimonialista, chamaremos esse de “peixe”; e aquele que, prejudicado pelo modo de instrumentalização desses princípios se contrapõe a eles, chamaremos esse de ponderador.

Compreendemos quão complexa possa parecer as relações dentro da PMMA, apesar de oficialmente se pretender simples a socialização entre policiais militares não é. Ela se mantém sobre os regulamentos que podem ou não ser seguidos à risca. Por exemplo, a relação entre praças de graus hierárquicos diferentes não é tão rígida quanto a relação entre praças e oficiais, apesar de haver uma cadeia de comando isso não parece interferir no modo de tratamento. Mas existem indivíduos que cumprem seus papéis na corporação de tal modo que ficam conhecidos por essa atuação. A visão de Silva sobre a pesquisa de Goffman que trata da representação do Eu nos ajudará a construir os “tipos” de policiais por nós identificados.

Na perspectiva de Goffman (1999), os atores podem estar ou não comprometidos na representação de seu papel social. Quando o ator não se interessa pelo que seu público acredita, ele está, na verdade, atuando com cinismo. Por outro lado, há atores que incorporam tão bem seu papel que estes passam a forjar a própria identidade social deste referido ator. É o caso do policial militar que pode, de início, obedecer ao regulamento para não ser punido até que, finalmente, passa a segui-lo para que sua organização não caia no descrédito, bem como para que seus superiores e companheiros o respeitem. (SILVA, 2002, p. 77-78)

Embora as estruturas alcancem de varias maneiras os policiais militares, não são elas fixadores dos papéis que aqui apresentaremos, muito pelo contrário, o indivíduo tem liberdade em suas ações dependendo da situação em que se encontra. Mas acreditamos também que a condição dos agentes dentro da instituição influencie fortemente suas ações. Também vemos que os papéis que cada agente representa tende a ser defendido e legitimado

²⁸ Os nomes dos tipos de policiais militares apresentados nesse trabalho são usados nos quartéis para categorizar os policiais militares, assim não são eles construções nossas, mas usamos esses nomes no contexto em que eles são usados para classificar os policiais militares.

de todas as maneiras, não necessariamente os atores cumpriram estritamente seus papéis, podendo haver variações, mas as características principais tendem a ser praticadas e assim caracterizando a representação do ator.

Enfim, o papel fornece o modelo da ação em praticamente todas as circunstâncias. Mas, deve ficar claro que esse modelo será rígido para determinadas situações e mais frouxo em outras. Mesmo concedendo certa liberdade para o ator representar, a unidade mais importante de um sistema social é o papel que a pessoa cumpre e não sua personalidade. Porém, ao cumprir determinados papéis os atores acabam por incorporar alguns de seus elementos essenciais. O resultado dessa internalização de valores ou preceitos presentes no papel que o ator representa é o que se costuma chamar, nas ciências sociais, de construção da identidade. Assim, a identidade policial militar é construída essencialmente no processo de socialização a que o policial é submetido, sendo que as interações tanto internas como externas acabam por reforçar essa identidade em formação. (SILVA, 2002, p. 80-81)

Apesar das diferenças entre os tipos de policias militares a hierarquia e disciplina costumam ser sempre apresentadas como elementos essenciais para todos. Ainda que em proporções diferentes esses princípios se apresentam na identidade dos policias, moldando e sendo moldadas nas ações dentro e fora do quartel.

O policial caxias tem suas características diretamente ligadas à hierarquia e disciplina, suas atitudes junto aos demais praças, principalmente aos seus subordinados, é a de um agente que age de acordo com as regras. Ele facilmente abre mão da intimidade e flexibilidade no relacionamento entre os praças para que seus subordinados o vejam como veriam a um oficial de alta patente. Por apresentar características legalistas e dissonar do caráter esguio da maioria dos praças ele não é visto como confiável. Por se assemelhar, em sua cobrança pela hierarquia, com os oficiais, ele não é bem visto pela maioria da tropa.

O caxias sempre procura informar suas ações aos seus superiores, mesmo os seus “deslizes”, pois teme ser punido, buscando na sua delação que o superior não o discipline. Ele também não se furta contar as irregularidades cometidas por outros praças aos oficiais. Esse caráter delator do caxias está ligado a não querer que sua ficha fique suja, o impedindo de conseguir sua promoção, por isso visa marcar pontos com os oficiais sendo um fiscal das ações dos demais praças.

O caxias não é um “peixe” por que, apesar de ser bem quisto pelos oficiais por seu caráter legalista e entreguista, ele não goza das benéncias que os “peixes” têm, ele é mais uma ferramenta para os oficiais. Ele não se importa com a morosidade burocrática, e não

questiona as ordens. O caxias seria o tipo ideal de militar, pois é extremamente dócil em relação aos superiores e rígido com seus subordinados.

O policial que é “peixe” está intimamente ligado ao cordialismo na PMMA, na verdade ele é resultado dessa cordialidade. Ele desfruta de todas as benéncias do cordialismo que prática, traz para a intimidade aquilo que lhe é avesso que é a frieza do mundo burocrático. Ele se envolve em um jogo de interesses com o grupo dirigente para alcançar uma posição que o beneficie dentro da instituição. O “peixe” é o policial que está a serviço de algum oficial ou que é recebe mais benefícios que outros policiais. Ele se caracteriza por ter mais acesso às recompensas que os outros policiais, normalmente ele é o primeiro a receber gratificações, ocupa os cargos burocráticos no gabinete ou no círculo de influencia do oficial a que serve.

Por ser “peixe” ele desfruta de facilidades que não são inerentes a ele mais sim do “seu senhor”, ele tem facilidade de acessar circunstancialmente o círculo dos oficiais, também tem acesso a informações privilegiadas que não chegam ou chegaram muita mais tarde aos demais praças. Devido ao fato de ser mais privilegiado na instituição que outros de mesmo grau hierárquico e por estar a serviço de um oficial, principalmente se este for do alto escalão, ele se vê como um policial diferenciado. Por ele não estar imune à hierarquia e disciplina, mas não querer se submeter da mesma forma que os demais, ele procura sempre se manter no círculo de influência do “seu senhor”.

O “peixe”, apesar de não ser tão respeitado como o praça velho de Silva²⁹, ele é requisitado como um facilitador para os outros praças. É a ele quem se procura quando se quer adiantar as férias, ou conseguir uma licença, ou ainda facilitar uma gratificação. Nesse aspecto seu papel é de advogar as causas dos outros praças diante do oficial responsável. Para que ele desenvolva seu papel com mais efetividade, muitas vezes, o requerente deve se tornar um “facilitador”³⁰, obviamente isso não é a regra, mas são os atalhos que buscamos revelar.

Uma outra característica desse tipo é sua subserviência ao oficial como forma de manutenção de seu cargo, ele procura fazer da melhor forma possível seu trabalho, sempre

²⁹ Ver dissertação de mestrado de Agnaldo José da Silva, Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar

³⁰ Para facilitar o serviço se usa de vários artifícios, desde presentes até a favores que estejam ao alcance do policial requerente.

facilitando o serviço do oficial responsável. Trabalhar na folga, ou feriado, presentear o oficial, convidá-lo para eventos, torná-lo padrinho de seus filhos, o objetivo é tornar-se o mais familiar possível de tal forma que não seja visto mais como um subordinado. Não negamos que a hierarquia e a disciplina façam parte de sua identidade, mas suas atribuições lhe caracterizam mais como um burocrata do que um praça militar. Os “peixes” são apenas mais uns dos aspectos que revelam o caráter patrimonialista na PMMA.

O policial ponderador, como o próprio nome indica, é aquele que questiona constantemente as decisões do comando, bem como o modo como se manifestam os princípios de hierarquia e disciplina. Os ponderadores devem se mostrar conhecedores de seus direitos para que sua argumentação, que por se só já pode ser entendida como uma afronta ao superior, seja efetiva. Ele aparentemente não se importa com as perseguições que pode sofrer, quando percebe que seus direitos estão sendo usurpados ou se vê prejudicado por algum ilícito procura por todos os meios ser ressarcido.

O policial ponderador admite e afirma a necessidade da hierarquia e da disciplina, mas se sente ofendido quando ela é usada contra ele de forma “injusta”. É do ponderador que surgem os abalos na corporação da PMMA. Ele, de todos os outros tipos, é o que se mostra como um incomodo ao grupo dirigente, pois ele questiona os modos como são instrumentalizados os princípios primordiais da PMMA, questiona a tutela e o papel que os oficiais tendem a desempenhar, por isso abala toda a ordem da corporação.

Vemos esse tipo de policial como aquele que deu os primeiros passos para o maior tipo de crise que pode se abater sobre uma instituição militar, a insurreição dos comandados, que não é direcionada à instituição em si, mas ao modo como ela é dirigida.

Assim o policial ponderador põe em xeque a ordem estabelecida dentro da PMMA. Muitos policiais creditam às turmas formadas a partir de 2007 esse “espírito revolucionário” dentro da PMMA, acreditamos, porém, que o tipo ponderador sempre tenha existido, mas devido a formação extremamente rígida dada os policiais das turmas passadas e a falta de indivíduos com nível maior de ensino da parte dos praças tenha ele sido silenciado pelo discurso oficial. Com a formação acadêmica antes do CFAP e a relativa suavização na formação do policiais, houve maior possibilidade de a figura do ponderador vir à baila no jogo de interesses que vigoram na PMMA.

3.3 Greve: um abalo na ordem

A PMMA é uma daquelas instituições que, apesar de apresentar sérios problemas estruturais, parecem intocáveis e imutáveis nos seus princípios. Por se apresentar dessa forma ela reclama para si a tutela da ordem social, e até certo ponto é verdade. Mas o discurso heroico da PMMA visto sob a ótica das outras estruturas de pensamento que apresentamos não se sustenta.

Da mesma forma que a PMMA, mediante seu discurso oficial, se apresenta como uma instituição cumpridora da lei e mantenedora da ordem social, por outro lado, ainda mantém em seu interior uma estrutura patrimonialista que burla a vontade da lei em nome de interesses próprios, também o faz em seu discurso de heroísmo – o herói que abre mão de seus direitos em prol de um bem maior – que não é verdade, mas sim, é uma relação de interesse patrimonial, onde o policial se vê como tutor legal do cidadão, da mesma forma que se confunde a hierarquia e a disciplina militar com valores familiares e também a maneira que a o grupo dirigente se posiciona como guardiões do grupo dirigente (punindo e beneficiando quem bem entendem), posiciona-se o policial militar ante a sociedade, confundindo seu dever com valores que transcendem a lei e resultando em ações que não são de sua competência.

Quanto à greve ou movimento paredista da PMMA, ela é a resultante de uma gama de insatisfações dos praças: baixos salários, abusos por parte dos oficiais, não progressão na carreira policial militar, e participação de representantes dos praças nas negociações com o governo do Estado. Acreditamos que os principais fatores que levaram a adesão das praças ao movimento seja exatamente a questão salarial e a não progressão na carreira, isso por que ambos estão ligados.

A gratificação é o outro elemento do sistema disciplinar, Foucault afirma que “a punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção” (FOUCAULT, 1987, p. 205). Há assim um outro lado da moeda para que o adestramento seja permanente, que é a de dar ao indivíduo a parte que lhe cabe.

Quando pensamos na PMMA e em seus princípios como mantenedores da ordem interna, mas lhe desvelamos os abusos, o apadrinhamento de poucos, que acabam por se beneficiar enquanto a maior parte, que não são “peixes”, se veem ultrapassados e desqualificados, sobrando apenas a frustração em um sistema que é eficaz para punir, mas

letárgico para dar a recompensa, temos um cenário aterrador e desesperançoso para os praças que não estão inclusos na dinâmica fraternal da PMMA.

Quando perguntamos a policiais militares sobre frustrações dentro da PMMA, muitos relutam em responder, mas acabam por admitir que a maior decepção é não ter sua promoção dada no tempo devido, ou pior ainda nem a ter.

Assim, pois, vemos que a greve é uma expressão de insatisfação e de desacordo com o discurso oficial e o aquele que está arraigado nele. Vejamos o que o cabo Michael, que participou ativamente desses movimentos, fala quando perguntado sobre os motivos da greve.

Questão de estrutura, estrutura física da instituição, a falta de progressão funcional, baixos salários, os abusos cometidos tanto por causa da hierarquia quanto por causa da disciplina foram os principais pontos do movimento paredista tanto de 2009 quanto de 2014. (cabo Michael)

Vemos, no entanto, que a questão que mais impulsionou e que mais teve relevância para o movimento, de forma geral, não foram tanto os abusos quanto a ascensão na carreira militar e os baixos salários. Apesar de ser um movimento encabeçado por militares do tipo ponderador, pois não cremos que um outro tipo se atreveria a abalar a instituição dessa maneira, muitos outros tipos também tomaram parte, menos é claro aqueles que tinham muito a perder se todas as exigências fossem aceitas e cumpridas.

Os oficiais e seus “peixes”, obviamente, são contra o movimento grevista, pois ele tende a ter como propósito nivelar os privilégios, tirando de poucos aquilo que os distingue. Um outro ponto que o movimento grevista conseguiu foi tirar dos oficiais da PMMA a guarda que estes tinham sobre os praças, nas palavras do subtenente da reserva Naldo,

A vida inteira de negociações com o Governo foi só o alto escalão da Polícia Militar, foi só o oficialato, só o Comandante Geral e a alta cúpula, todos os diretores e alguns comandantes de grandes comandos na época. Toda negociação sempre foram eles, a partir desse primeiro e segundo movimento foram os praças que ditaram como é que ia ser. (subtenente da reserva Naldo)

De fato, a partir dos movimentos paredistas os praças passaram a ter voz diante do Governo através das associações e seus representantes. Ainda se tornou uma política, mediante acordo assinado, o Governo negociar com esses representantes os planos salariais para cada ano.

O estudo nos revelou que os praças somente passaram a ter voz ativa a partir da contestação. Ora, contestar um superior é uma ofensa gravíssima, quanto mais contestar o alto escalão da PMMA. Policias Militares, por força de lei, não têm direito a greve, ainda assim o fizeram. Ora, não são eles os heróis resignados que tudo sofrem pelo bem da sociedade? Cai por terra assim o discurso oficial do heroísmo da Polícia Militar mais uma vez. A greve revela que o comandante não é o todo-poderoso sobre o comandado a ponto de lhe impor sua própria vontade, e mostra que para além de um discurso único e harmonioso existe também aquele que se subleva e desobedece quando seus direitos são negados.

4. Considerações Finais

Consideramos que a PMMA tenha mudado com o passar do tempo, seria impossível que ela não se adaptasse de alguma forma à sociedade a que pretende servir. Mas entendemos que essas mudanças emanam consideravelmente de uma pressão tanto externa quanto da classe dos comandados, os praças. Entendemos que as estruturas patrimonialistas e autoritárias não são recentes na corporação, mas tem seus fundamentos lançados no momento em que as próprias instituições militares tenham se formado.

A PMMA, por sua natureza militar, resiste a qualquer tipo de mudança que afete direta ou indiretamente a hierarquia e a disciplina. A manutenção destes princípios, ainda que de forma diferente, é feita por todos os policiais militares, pois neles se sustentam sua distinção social. Apesar das diferenças entre os militares a hierarquia e a disciplina, a despeito das interpretações, se mantêm inabaláveis, elas podem se revelar como lastro não apenas da instituição, mas do próprio indivíduo.

Os tipos de policiais que apresentamos não são os únicos, vejamos que Silva (2002) apresenta outros tipos de policiais militares que são mais pertinentes à sua pesquisa. Da mesma forma os tipos que apresentamos são aqueles que mais evidenciam as estruturas de pensamento abordadas. Porém, salientamos que essas estruturas alcançam a todos, ainda que a aceitação dos indivíduos seja em graus diferentes.

Como uma instituição total que procura manter a vigilância sobre todos seus “internos”, e que procura manifestar o exercício do poder a todo momento, mas que não é isenta de influências que extrapolem suas prerrogativas, a PMMA, como uma instituição social, não é de fácil análise. Não pretendemos nesta pesquisa desvendar todos os mistérios da corporação, isso seria um trabalho impossível, e muito menos encerrar os indivíduos nas classificações que aqui fizemos, seria muita presunção pensar nos militares como criaturas tão fáceis de se desvendar. Buscamos, tão somente, representar uma pequena parcela de uma realidade que nos impressionou em determinado período de nossa vida e procuramos esclarecer questões que não pareciam ter respostas tão óbvias.

Creemos ter respondido algumas das questões que se apresentaram a nós, enquanto que outras se revelaram ao longo do caminho. Ainda assim, acreditamos ter chegado a algum lugar com nossa pesquisa. Mais importante é ter contribuído para o melhor entendimento

sobre a PMMA, ter adicionada a nossa pesquisa à daqueles que se empenham em trazer a PMMA para mais próximo da sociedade, tornando-a mais inteligível ao representá-la.

Por fim, esperamos que esta pesquisa possa servir de apoio a outras que virão e que ela possa enriquecer ainda mais os debates que são suscitados sobre a Polícia Militar do Maranhão.

REFERÊNCIAS

1 – Fontes Documentais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. Decreto no 2.243, de 3 de junho de 1997. Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

BRASIL. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

MARANHÃO. Lei 6.513, de 30 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.

2 – Sites acessados

Site da APMGD: (<<http://apmgd.com/web/missao/>>. Acesso em: 14 de maio de 2018)

Site da União Militar Independente (UMI): (<<http://comandoumi.blogspot.com.br/2015/12/analise-de-2015-e-perspectiva-de-2016.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2018)

3 – Fontes Orais

Entrevista fornecida em 03 de maio de 2018 – cabo Michael

Entrevista fornecida em 04 de maio de 2018 – subtenente da reserva Naldo

Entrevista fornecida em 08 de maio de 2018 – sargento Marcos

Entrevista fornecida em 08 de maio de 2018 – sargento Walisson

Entrevista fornecida em 10 de maio de 2018 – sargento da reserva Marcelo

Entrevista fornecida em 28 de abril de 2018 – sargento Franco

4 – Fontes Bibliográficas

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., orgs. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**/ Laurence Bardin: tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, - São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEZERRA, Osni de Moraes. **A polícia e a violência: representações sobre a PMMA na década de 80 do século XX** / Osni de Moraes Bezerra.– São Luís, 2013.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Link da versão digital do livro “O herói de mil faces”: <<https://anovamente.files.wordpress.com/2016/09/joseph-campbell-o-heroc81i-de-mil-faces.pdf>>.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Programa de Pós-Graduação em História.
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Lisboa, Bertrand Brasil, 1993.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 163 p.
- DA SILVA, Telma Camargo. **“Soldado é Superior ao Tempo”: da ordem militar à experiência do corpo como locus de resistência**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre. Ano 4, nº 9. P. 119-143, outubro de 1998.
- DIVINO FILHO, Alberto Costa. **A inserção da mulher na carreira policial militar: um estudo de caso na Polícia Militar do Maranhão** / Alberto Costa Divino Filho. – São Luís, 2017.
- FARIA, Regina Helena Martins de. **Em Nome da Ordem: a constituição de aparatos policiais o universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX)**. Recife, 2007.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FREIRE, Osvaldo da Costa Nunes. Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa do Maranhão. **Mensagens de Governadores**. Setor de Códices. APEM. 1979.
- Gazzaniga, M. S., & Heatherton, T. F. **Psychological science: Mind, brain, and behavior**. New York: W. W. Norton., 2003.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida Cotidiana**; tradução de Maria Celio Santos Raposo, Petrópolis, Vozes, 1987.

- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974 (col. Debates Psicologia, v. 91).
- HOBSBAWM, Eric J. **Sobre a história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil / Sérgio Buarque de Holanda**. – 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da província do Maranhão**. Ed. Siciliano, 2001.
- LAZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo** – coor. Yussef Cahali. 1ª ed. 2ª tir. – São Paulo: Editora RT. 1996.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. Ed. Brasiliense, 1981.
- LEINER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: editora FGV, 1997.
- LEITÃO, Vítor Manuel Matos. **A disciplina militar como elemento essencial do funcionamento regular das Forças Armadas**. Pedrouços, 2011.
- MACEDO, Lídia Suzana Rocha De; SILVEIRA, Amanda Da Costa Da. **Self: um conceito em desenvolvimento**. Paidéia (USP. Ribeirão Preto. Impresso), v. 22, p. 281-290, 2012.
- PINHEIRO, O. G. **Entrevista: uma prática discursiva** In: SPINK, M. J. (org.) Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.183-214.
- POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. **Polícia Militar do Maranhão: apontamentos para sua história/ Polícia Militar do Maranhão**. – São Luís: PMMA, 2006.
- POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. **Resgate histórico dos regulamentos: da Polícia Militar/ Polícia Militar do Maranhão** – São Luís: PMMA, 2016.
- PRADO JR., Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo**. 2. Ed. Brasiliense, 1961.
- ROCHA, Décio; SANTANA, V. L. A.; DAHER, M. C. F. G.. **A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva**. Polifonia (UFMT), Mato Grosso. V. 8. P. 161-180, 2004.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico / Antônio Joaquim Severino**. – 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Agnaldo José. **Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar**. 2002.

SILVA, James Ribeiro. **Legislação Básica da Polícia Militar do Maranhão**. 4ª ed. Ver. e atual – São Luís: Comercial Segraf- Gráfica e Editora Ltda. 2006.

SOARES, B.M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Segurança e Cidadania).

VIERA FILHO, Domingos. **A Polícia Militar do Maranhão: síntese histórica**. C. Vieira Filho, 1975.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Editora Universidade de Brasília, 2000, 464 p.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria J. C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA MONOGRÁFICA

- 1. Como foi seu curso de formação para entrar na PMMA?**
- 2. O que você entende sobre a Hierarquia e a Disciplina da PMMA?**
- 3. Você acha que Disciplina é aplicada de forma correta e imparcial na PMMA?**
- 4. O que você acha que do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) sendo aplicado na PMMA?**
- 5. Existe algum tipo de divisão na PMMA? Explique.**
- 6. Você já se sentiu (ou conhece alguém que se sentiu) prejudicado ou frustrado na PMMA? Explique.**
- 7. O modo como os policiais são tratados influencia em como eles executam o serviço?**
- 8. A PMMA é um bom lugar para trabalhar? Explique.**
- 9. A PMMA pode ou precisa melhorar em algum quesito? Explique.**
- 10. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao seu relato?**